

AMPLIAR, INTENSIFICAR E APROFUNDAR O MOVIMENTO NACIONAL PELA ANISTIA

(Leia na 12ª Página)

COMO LEVAR A VITÓRIA A CAMPANHA DA ANISTIA

AINDA uma vez este jornal encerrou seus trabalhos redacionais sem que se houvesse decidido na Câmara dos Deputados a sorte da campanha da anistia na sua atual etapa. Nas duas comissões daquela Casa do Legislativo a que foi remetido o projeto Vieira de Melo com a emenda Rogê Ferreira, que o amplia concedendo anistia a todos os processados e condenados desde 1945, o resultado não correspondeu à vontade expressa da opinião pública. Na Comissão de Constituição e Justiça, houve um empate de 11 a 11 votos. Na Comissão de Segurança Nacional, depois de transferida uma sessão em que o projeto seria aprovado com a emenda, venceram os adversários da anistia ampla por 7 a 5 votos.

É necessário que se diga a verdade. Poucas vezes tem havido no partido majoritário tão forte e persistente pressão da sua alta direção sobre os parlamentares que pertencem a esse partido. A frente dos adversários ferrenhos da pacificação da família brasileira está o sr. Nereu Ramos, ministro da Justiça, cuja atividade antidemocrática e antipopular ressalta no governo do sr. Kubitschek. A questão fechada da alta direção do P.S.D. contra a anistia ampla no projeto Vieira de Melo indispe seus parlamentares com o eleitorado que a eles se dirige em grandes comissões. A opinião pública nacional exige anistia ampla. Mas se o pronunciamento da Câmara dos Deputados não satisfizer esse reclamo unânime do povo brasileiro, a que têm sido sensíveis adversários da véspera como o sr. Jânio Quadros, governador da principal unidade da Federação, e em torno do qual formam as figuras mais representativas de todos os partidos, o povo brasileiro não pode e não deve arrefecer um só minuto em sua nobre campanha que, inquestionavelmente, se destina à vitória.

A grande massa partidária da anistia ampla para os processados e condenados a partir de 1945 lançou todo o peso da sua força política no sentido da aprovação do projeto Vieira de Melo, devidamente emendado. Sua posição política foi e é a mais unitária, a mais patriótica possível, a única realmente consentânea com o sentido da anistia, que quer dizer esquecimento e não pode estabelecer divisões entre brasileiros em face das leis do país, quanto mais que a Constituição estabelece a igualdade de direitos políticos. O peso desse movimento, não tenhamos dúvida, modificando-se para melhor, transformando-se em qualidade, intensificando-se e aprofundando-se, influirá mais, e de forma decisiva, junto ao poder público para obter a anistia ampla. Para isto, entretanto, é necessário que o movimento redobre em vigor e em impulso. É impossível hoje governar contra a opinião pública. Se o povo manifesta sua vontade democrática, sejam quais forem as resistências encontradas, a vontade popular terminará por ser vitoriosa. E isto é o que acontecerá com a anistia ampla, mesmo que sofra um revés temporário. A poderosa força da vontade das massas se concentrará sobre o projeto Sérgio Magalhães, e a família brasileira, sem qualquer sombra de dúvida, será congradada, assim como o exige toda a nação.

VOZ OPERÁRIA

Nº 364 ★ Rio de Janeiro ★ 5 de maio de 1956

No 138º aniversário do nascimento de Carlos Marx

«SEU NOME E SUA OBRA SOBREVIVERÃO AOS SÉCULOS»

(Leia na 5ª Pág.)



DOIS ACONTECIMENTOS DA ÚLTIMA SEMANA MARCAM O EXTRAORDINÁRIO AVANÇO DA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA: a Conferência Nacional dos Metalúrgicos e as Comemorações do Primeiro de Maio em todo o território nacional. A primeira marca o avanço da unidade em escala nacional de um dos mais importantes contingentes do proletariado brasileiro; quanto às comemorações unitárias do Dia do Trabalho constituem uma das mais antigas aspirações da classe operária de nosso país. Os clichês apresentam aspectos da concentração operária no campo do Vasco no Distrito Federal (no medalhão e na foto ao alto) e da Conferência de Volta Redonda (em baixo). — LEIA NA 5ª PÁGINA E NA PÁGINA CENTRAL.

COMUNICADO ANGLO-SOVIÉTICO SOBRE A CONFERÊNCIA DE LONDRES

O texto integral da declaração conjunta é o seguinte:

«De 18 a 27 de abril de 1956, o sr. Bulgânin, presidente do Conselho de Ministros da União Soviética, e o sr. Kruschiov, membro do «Præsidium» do Soviet Supremo da URSS, visitaram a Grã-Bretanha a convite do governo de sua majestade. Durante sua permanência, tiveram uma série de conversações com o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, «sir» Anthony Eden; o lorde do Selo Privado, sr. R. A. Butler; o secretário para as Relações Exteriores, sr. Selwyn Lloyd, e outros membros do governo de sua majestade, sobre as relações anglo-soviéticas e a situação internacional em seu conjunto. Essas conversações foram realizadas dos dois lados num espírito de franqueza e de realismo. Trataram da maioria das questões internacionais de interesse corrente e houve uma troca de pontos de vista completa e útil.

Os representantes da União Soviética e da Grã-Bretanha reconheceram que o fortalecimento das relações anglo-soviéticas nos domínios político, comercial, científico, cultural e outros, seria do interesse dos povos dos dois países.

Eles se convenceram, igualmente, de que essa visita ajudaria a consolidar a paz e a segurança em geral.

Expressaram a resolução de seus governos de trabalhar com o objetivo de prosseguir na diminuição da tensão internacional. Levando em conta a presente situação, na qual a confiança necessária entre os países não existe, exprimiram sua resolução de tomar todas as medidas possíveis para facilitar o fortalecimento da confiança mútua e a melhora das relações entre os Estados. Reconheceram que um dos fatores importantes para o fortalecimento da confiança internacional consiste em contactos pessoais entre os estadistas, que levaram a resultados positivos.

Os dois países, em suas relações recíprocas, e também em suas relações com outros países, inspirar-se-ão nos princípios das Nações Unidas. Estão persuadidos de que a base da cooperação amistosa e da coexistência pacífica de todos os países, independentemente de seus sistemas sociais, é o respeito da independência e da soberania nacionais, da integridade territorial e o princípio da não intervenção nos negócios internos dos outros países.

Eles farão tudo o que estiver ao seu alcance para pôr fim à corrida armamentista em todas as regiões do mundo e libertar, assim, os povos do mundo da ameaça de uma nova guerra.

Os representantes dos dois países atribuíram uma importância particular à manutenção da segurança na Europa, estando convencidos de que a paz e a segurança na Europa são de uma importância decisiva para a preservação da paz no mundo. Mas nenhum acordo sobre os meios de chegar-se a esse objetivo foi atingido.

No que concerne aos outros problemas internacionais não regulamentados, inclusive os da Europa e da Ásia, sobre os quais foi realizada uma troca de pontos de vista, as duas partes se esforçarão para promover uma solução, no interesse de uma consolidação da paz.

Os representantes da União Soviética e da Grã-Bretanha chegaram às seguintes conclusões, no que se refere a certos problemas particulares que foram tomados em consideração.

PRÓXIMO E MÉDIO ORIENTE

A Grã-Bretanha e a União Soviética têm a firme intenção de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para facilitar a manutenção da paz e da segurança no Próximo e no Médio Oriente.

Para esse fim concederão o apoio necessário às Nações Unidas na tentativa que estas fazem para fortalecer a paz na região da Palestina e para fazer aplicar as decisões apropriadas do Conselho de Segurança.

Os governos dos dois países consideram que medidas eficazes deveriam ser tomadas para esse fim num futuro próximo, levando em conta as aspirações nacionais dos povos interessados, com a necessidade de assegurar sua independência, e na completa conformidade com os princípios expressos na Carta da ONU.

Os governos dos dois países fazem um apelo aos Estados interessados para que tomem medidas a fim de impedir um aumento da tensão na zona da linha de demarcação, estabelecida segundo os termos do acordo de armistício entre Israel e os Estados Árabes.

Eles apoiarão também as Nações Unidas numa iniciativa para assegurar uma solução pacífica, sobre uma base mutuamente aceitável, do conflito entre os Estados Árabes e Israel.

Eles reconhecem a importância do problema dos refugiados, e, em consequência, apoiarão a ação das Nações Unidas objetivando aliviar seus sofrimentos.

Os governos dos dois países exprimem a firme esperança de que os outros Estados farão igualmente tudo o que for possível para ajudar as Nações Unidas a conseguir uma solução pacífica para o conflito entre os Estados Árabes e Israel, e para fortalecer, assim, a paz e a segurança no Próximo e no Médio Oriente.

O PROBLEMA DO DESARMAMENTO

Durante as trocas de pontos de vista, o problema do desarmamento foi discutido. Os representantes dos dois países examinaram o estado atingido nas discussões ora em curso nas Nações Unidas e as propostas feitas pelas potências interessadas. Segundo a opinião comum, uma solução para esse problema teria a maior significação para a manutenção da paz universal.

O governo da União Soviética e o governo da Grã-Bretanha dão uma grande importância à conclusão de um acordo internacional apropriado sobre esse problema. Um tal acordo ajudaria a reduzir a tensão internacional, a aumentar a confiança entre os Estados e a aliviar o peso das despesas militares.

Os dois governos estão de acordo em que é de uma suprema importância libertar a humanidade da ameaça da guerra nuclear. Seu objetivo comum continua a ser a interdição final das armas nucleares e a utilização exclusiva da energia nuclear para fins pacíficos, e eles

continuarão seus esforços para atingir esse objetivo.

Os governos da União Soviética e da Grã-Bretanha reconhecem a necessidade da conclusão de um acordo que permita tomar, sem demora, medidas práticas visando uma redução substancial, sob fiscalização internacional apropriada, das forças armadas dos diversos países (com reduções correspondentes de seus armamentos), a começar pelas cinco grandes potências.

Os governos dos dois países continuarão seus esforços para encorajar o entendimento que é necessário nesse ponto entre os países interessados, no quadro das Nações Unidas e na Subcomissão do Desarmamento.

RELAÇÕES COMERCIAIS

Problemas relacionados com o desenvolvimento posterior do comércio entre a União Soviética e a Grã-Bretanha foram também examinados.

Os representantes dos dois países convieram em que o desenvolvimento do comércio entre a União Soviética e a Grã-Bretanha poderia trazer uma contribuição importante para o estreitamento das relações entre os dois países. Tal desenvolvimento contribuiria para promover uma utilização mais racional dos meios de produção em cada país e estimular o comércio entre o Leste e o Oeste.

No decurso das discussões, os representantes soviéticos declararam que o governo soviético estava disposto a desenvolver consideravelmente seu comércio com a Grã-Bretanha. Os representantes britânicos também manifestaram seu dese-

jo de ver a extensão desse comércio.

Os representantes soviéticos declararam que a URSS poderia, no transcurso dos cinco próximos anos, de 1956 a 1960, se não houvesse restrições ao comércio ou discriminações, aumentar suas compras na Grã-Bretanha até a quantia de 11 bilhões de rublos. Isto é, 800 milhões a um bilhão de libras esterlina, compreendidas as encomendas para equipamentos diversos e navios num total de quatro a cinco bilhões de rublos, e a compra de uma grande variedade de produtos industriais e matérias-primas, num total de cinco ou seis bilhões de rublos. Uma lista pormenorizada de máquinas, equipamento e navios, que poderiam ser encomendados por organizações soviéticas à Grã-Bretanha, foi entregue aos representantes do governo de Sua Majestade.

Os representantes da Grã-Bretanha observaram que uma parte dos produtos que figuram nessa lista estava sujeita aos embargos estratégicos vigentes. Todavia, uma parte substancial desses produtos e matérias-primas não está sujeita a nenhuma restrição e, em consequência, é possível um aumento do comércio. Os representantes da URSS observaram que o aumento encarado das encomendas soviéticas à Grã-Bretanha — máquinas, equipamentos e navios — como também o aumento das compras de matérias-primas e de produtos industriais, tornariam necessário um aumento das receitas em esterlino da União Soviética, por um desenvolvimento correspondente de suas exportações. Os representantes da Grã-Bretanha observa-

ram que o mercado britânico estava aberto a uma grande variedade de produtos soviéticos.

Os representantes dos dois governos concordaram, à luz das considerações que precedem, que a lista acima mencionada deveria ser estudada mais a fundo do lado britânico, com a ajuda de especialistas técnicos soviéticos.

Eles convieram, também, em estudar mais a fundo o problema da troca de bens de consumo e os meios de facilitar os contactos entre compradores e vendedores.

CONTATOS CULTURAIS E OUTROS

Os representantes da União Soviética e da Grã-Bretanha discutiram, também, o problema do aumento dos contactos culturais e outros. Eles adotaram, a respeito, uma declaração conjunta, que é publicada separadamente, sob a forma de anexo. — O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Anthony Eden. O presidente do Conselho de Ministros da URSS, N. A. Bulgânin.

O ANEXO

O desenvolvimento das relações culturais, científicas, turísticas, etc., entre a Grã-Bretanha e a União Soviética, foi objeto de um anexo à declaração conjunta. Nesse documento, os dois governos declararam que encaram favoravelmente um aumento das visitas individuais ou de grupos de cidadãos soviéticos à Grã-Bretanha e de cidadãos britânicos à União Soviética.

«Os dois governos darão toda a ajuda possível para a

concretização dessas medidas, em particular criando condições econômicas mais favoráveis» — declara o comunicado. «Com o fim de melhorar a compreensão mútua que é o objetivo desses intercâmbios», lê-se no anexo, «os dois países estão de acordo para oferecer aos povos da Grã-Bretanha e da União Soviética todas as oportunidades de conhecer as opiniões e a maneira de viver de uns e outros».

Para esse fim, tomarão medidas práticas com o objetivo de garantir uma troca de informações mais livre, seja oralmente, seja por escrito».

Esses dois pontos, concernentes ao turismo e às trocas de informações, vêm em quinto e em sexto lugar na lista das medidas que os dois países contam tomar para desenvolver seus contactos.

Os outros pontos são: 1 — Os dois países notam com satisfação os resultados que já foram obtidos no domínio cultural, científico e técnico, troca de delegações, visitas de músicos ou de esportistas; 2 — Os dois países consideram que é desejável ajudar seus cidadãos a estarem ao corrente de suas experiências e de seus êxitos recíprocos no domínio da literatura, pintura, escultura, teatro, ciência, educação, etc.; 3 — Os dois países são favoráveis ao desenvolvimento das trocas de toda a ordem entre organizações artísticas, técnicas e esportivas; 4 — Eles desejam estimular a troca de informações entre as principais organizações acadêmicas, profissionais e científicas dos dois países, e aumentar a troca de publicações científicas, tecnológicas e culturais».



Crônica Internacional Sobre a Conferência de Londres

AO FIM da viagem de Bulgânin e Kruschiov à União Soviética, pode-se afirmar, sem temor de erro, que ela produziu efeitos salutaros e confirmou o que dela podiam esperar quantos não aguardavam reviravoltas radicais ou gestos espetaculares dos estadistas em conferência. Aqui mesmo tivemos oportunidade de observar que a soma das profundas divergências que ainda separam os dois governos — da União Soviética e da Grã-Bretanha — em certos assuntos não seria prontamente resolvida e que seria difícil encontrarem uma linguagem tão amplamente comum como a obtida nas conferências soviético-indianas e soviético-birmanesas.

O comunicado conjunto expedido por Bulgânin e Kruschiov, no dia 26, confirma plenamente o êxito da viagem que abre o caminho para entendimentos mais objetivos, no futuro, prosseguindo a marcha iniciada com a Conferência dos Chefes de Governo, em 1955: a derrota cada vez mais firme dos métodos da guerra fria e a exploração do processo de negociações.

É fato que o problema mais agudo das relações entre os dois países — o da manutenção da segurança da Europa — permaneceu em impasse, quanto à questão dos meios, embora os próprios signatários o considerem decisivo para a paz mundial. As cassandras encontraram aí, portanto, farto material para argumentar sobre o «fracasso» da conferência, ocultando deliberadamente que os problemas mais complexos são por isso mesmo os mais difíceis e que não seria prova de bom-senso aguardar que se começasse pelo fim. As dificuldades abertas ao caminho do entendimento entre as grandes potências são de diversa monta e um longo período abalou a própria confiança entre os Estados. Dessa maneira, alguns dos aspectos mais críticos dessas relações — como, por exemplo, o da segurança européia — não poderão ser equacionados para solução final antes de um processo de entendimentos parciais que, entre outras coisas, restaure as próprias bases da confiança mútua. Os acordos parciais — como o da Áustria, na Europa, e o da Indochina, na Ásia — além de sua importância intrínseca, têm precisamente a de promover a volta da confiança mínima necessária a negociações conclusivas de maior porte. Sobretudo os primeiros êxitos não de ser alcançados passo a passo.

Vistas desse ângulo, as conversações de Londres são flagrantemente positivas. Além de renovarem a decisão

das duas partes de alcançarem acordos por meios pacíficos sobre as questões pendentes e de renovarem declarações relativas ao desarmamento, na parte de princípios incluem mesmo a afirmação de que «estão persuadidos de que a base da coexistência pacífica de todos os países, independentemente de seus sistemas sociais, é o respeito da independência e da soberania nacionais, da integridade territorial e o princípio da não intervenção nos negócios internos dos outros países». A essência dessa declaração é a mesma dos famosos cinco princípios, o «panch shila» de Nehru, de tanta influência na moderna política mundial.

Na questão do Oriente Próximo e do Médio, entretanto, houve medidas mais amplas. As duas potências se mostram dispostas a prestigiar a atuação das Nações Unidas e decidir o caso pelo Conselho de Segurança. No caso, houve uma alteração importante da posição britânica, inclinada à intervenção unilateral, com base na inaceitável declaração anglo-francesa de 1950. O ponto de vista de manter a paz na região, com respeito à soberania e interesses das principais partes em conflito — árabes e israelenses — ganhou força, dificultando o trabalho dos belicistas que não escondiam suas intenções de afastar a União Soviética da solução do conflito.

No desarmamento há consolidação de pontos de vista e o trecho em que se fala na aplicação de esforços para encorajar «o entendimento que é necessário nesse ponto entre os países interessados» insinua que os pontos assentados foram mais amplos que os declarados no próprio comunicado.

Quanto ao comércio, iniciaram-se as conversações para a ampliação substancial das trocas entre os dois países. As restrições estratégicas constituíram obstáculo mas os produtos que não constam das listas restritivas são bastante amplos para permitir grande aumento em futuro próximo. E isso levará, adiante, a uma revisão das mercadorias proibidas, valendo acentuar que, no momento, a Grã-Bretanha já é, no assunto, bem menos restritiva que os Estados Unidos.

«Chegamos a muito e valeu a pena ter vindo. Estabelecemos um clima de maior confiança», disse Kruschiov: «bom início», afirmou Eden, referindo-se ambos à Conferência de Londres. Nessas palavras não há pessimismo, mas a sobriedade confiante no desenvolvimento positivo das negociações.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética

OS comunistas brasileiros, a classe operária e as demais camadas trabalhadoras de nosso povo e, conosco, todos os amigos da União Soviética, cada vez mais numerosos no Brasil, recebemos com alegria a notícia da convocação de mais um Congresso do glorioso Partido Comunista da União Soviética. Saudamos de todo coração o XX Congresso do P.C.U.S. e aguardávamos com vivo interesse os resultados de seus trabalhos, convencidos da poderosa influência que viriam a exercer no desenvolvimento ulterior de toda a humanidade.

Só agora começam a chegar-nos às mãos os documentos autênticos, cuja leitura e estudo nos permitem melhor avaliar a enorme significação do XX Congresso do P.C.U.S., compreender a verdadeira influência que as resoluções tomadas no histórico conclave de Moscou terão no desenvolvimento da luta dos povos pela paz, pela independência, pelas liberdades e pelo progresso social. O Informe do camarada Kruschiov sobre a atividade do Comitê Central desde o XIX Congresso, o Informe do camarada Bulgárin sobre as Diretivas para o VI Plano Quinquenal, e outros documentos já publicados permitem avaliar o trabalho realizado pelo Congresso que levantou as questões mais transcendentais de nossa época e lhes deu uma resposta clara e precisa à luz do marxismo-leninismo, a imortal doutrina do proletariado que foi, por sua vez, enriquecida com a generalização audaz da prática, da experiência da luta do proletariado mundial, em que se destaca certamente a experiência dos construtores do comunismo, dos povos da União Soviética.

O XX Congresso do P.C.U.S. deu aos povos do mundo inteiro uma interpretação científica dos acontecimentos atuais do desenvolvimento social, explicou-os e, além disto, armou a classe operária com conclusões que sintetizam e explicam a situação atual, que facilitam sua transformação, que enriquecem o poderoso arsenal do marxismo-leninismo. O que caracteriza os trabalhos do XX Congresso do P.C.U.S. e, ao mesmo tempo, faz com que constituam um acontecimento de importância excepcional para todo o movimento comunista e operário internacional, é o sentido do novo, que se investiga com profundidade e que leva a iniciativas criadoras que marcarão época na história do desenvolvimento da ciência marxista-leninista do desenvolvimento da sociedade. Como afirmou da tribuna do Congresso o camarada Mikoian, referindo-se ao Informe do Comitê Central: «Foram colocadas questões básicas da teoria marxista em relação com o momento presente. As conclusões delas tiradas não só têm valor teórico, como, além disto, adquirem caráter programático e enorme importância prática para a acertada política do comunismo nas etapas sucessivas de desenvolvimento.»

DOS trabalhos e conclusões do XX Congresso ressalta com grande vigor o elemento novo fundamental que na situação atual condiciona todo o desenvolvimento histórico. «O traço principal de nossa época — disse o camarada Kruschiov no Informe do Comitê Central — é que o socialismo ultrapassou os limites de um só país e se converteu em um sistema mundial. O capitalismo se viu impotente para impedir este processo histórico mundial.»

ESTAS palavras ensinam-nos a avaliar com acerto um acontecimento novo de importância histórico-mundial por todos universalmente reconhecido mas que até agora não havíamos ainda suficientemente valorizado em toda sua importância e múltiplas conseqüências. Acentuávamos que a União Soviética, ao contrário do que acontecia antes da segunda guerra mundial, não se encontra mais isolada, que nas suas fronteiras vivem agora povos amigos que constroem o socialismo, que o campo socialista estende-se agora das margens do Elba, no centro da Europa, às praias do Pacífico, que 900 milhões de seres humanos vivem agora livres do jugo imperialista. É inegável que o socialismo avança no mundo inteiro, mas o que revelam os trabalhos do XX Congresso é a impotência do capitalismo para impedir esse processo. É a vitória mundial do socialismo sobre o capitalismo. Já não basta dizer que o capitalismo deixou de ser um sistema único e omnímodo, é indispensável compreender que o socialismo converteu-se em um sistema mundial que cresce e se fortalece.

ESTA reviravolta de significação histórico-universal tem evidentemente conseqüências de enorme importância para o desenvolvimento social no mundo inteiro. Estas conseqüências foram destacadas e analisadas com acuidade pelo XX Congresso. Como mostra o camarada Kruschiov em seu Informe, a existência de um sistema de Estados socialista exerce influência, cada vez mais acentuada, no mundo inteiro, no desenvolvimento das relações entre os Estados, entre as correntes políticas e os homens em geral dentro de cada país. Além disto, aprofunda e agrava a crise geral do capitalismo. Restringe-se a esfera de influência do imperialismo. O velho e ignominioso sistema do colonialismo se desmorona, colocando na ordem-do-dia o problema de sua supressão completa.

PARA que se possa melhor avaliar em que medida a existência do campo do socialismo exercerá uma influência crescente na estrutura econômica e social do mundo inteiro, em que medida modifica de fato esta estrutura, é da maior importância conhecer os debates e as decisões do XX Congresso referentes ao VI Plano Quinquenal de desenvolvimento da economia soviética. Destaca-se, antes de tudo, o ininterrupto progresso da economia nacional da União Soviética, em ritmo de desenvolvimento desconhecido pelos países capitalistas. Com o VI Plano Quinquenal (1956-1960), a produção por habitante na União Soviética terá alcançado e ultrapassado a dos países capitalistas e, simultaneamente, o consumo por habitante na União Soviética alcançará e ultrapassará o consumo por habitante dos países capitalistas mais ricos. Ao mesmo tempo, o VI Plano Quinquenal prevê um conjunto de medidas sociais da maior importância e significação: reduzir a 7 horas a jornada de trabalho para todos os operários e empregados; introduzir a jornada de 6 horas para os operários do subsolo nas indústrias carbonífera e mineira e restabelecê-la para todos os jovens de 16 a 18 anos; elevar, no curso do quinquênio, de 30% o salário real dos operários e empregados e de 40% os rendimentos dos colosianos; assegurar o ensino gratuito obrigatório para todos os jovens até 17 anos; medidas sociais no sentido de ajudar os operários e empregados menos remunerados a

IMPORTÂNCIA DE SEUS TRABALHOS E DECISÕES PARA A LUTA DE NOSSO POVO PELA PAZ, PELAS LIBERDADES E PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

LUIZ CARLOS PRESTES

educar os filhos e a manter os pais anciãos; além das medidas no sentido de acelerar a solução do problema da habitação e visando melhorar a organização da saúde pública e da instrução pública.

ESTÁ, assim, aberta a perspectiva de um novo reforçamento de todo o campo socialista e, conseqüentemente, estão criadas novas condições e novas perspectivas para a solução dos grandes problemas da vida internacional. Alcançam proporções novas, são cada vez maiores as possibilidades criadas para a coexistência e a competição pacífica dos Estados socialistas com os países capitalistas, competição que revelará com brilho crescente a superioridade do regime socialista. São novas igualmente as perspectivas criadas para a solução dos problemas ligados à luta que os povos sustentam em defesa da paz, por uma paz duradoura. Além disto, o crescente reforçamento do sistema socialista cria condições novas para o desenvolvimento da luta pelo socialismo em escala internacional, não apenas nos países em que a classe operária está no Poder, mas igualmente nos países ainda submetidos hoje ao jugo do imperialismo.

NO Informe do Comitê Central, o camarada Kruschiov examina com profundidade estas questões. São de enorme importância teórica e prática para todo o movimento comunista internacional as teses enunciadas no Informe a respeito de «Algumas questões de princípio do desenvolvimento internacional contemporâneo»: 1) a coexistência pacífica dos dois sistemas; 2) a possibilidade de impedir a guerra em nossa época; e 3) as formas de transição dos diferentes países para o socialismo.

O estudo e assimilação destas questões de princípio à luz dos trabalhos do XX Congresso contribuirão decisivamente para o reforçamento da luta que dirigimos em nosso país em defesa da paz, das liberdades e da independência nacional e muito nos ajudarão a elaborar com espírito criador e maior audácia o caminho brasileiro da revolução. Novos e poderosos argumentos nos permitem colocar agora de maneira nova em nosso país a luta pelas relações amistosas com todos os povos. A coexistência pacífica ou a guerra, tal a escolha que na orientação da política externa coloca-se hoje diante de todos os povos. A luta de nosso povo pelo comércio do Brasil com todos os países, inclusive a União Soviética, está na base desta política de coexistência pacífica. A existência dos dois mercados mundiais — o socialista e o capitalista — não só não exclui como, pelo contrário, pressupõe o desenvolvimento de um comércio proveitoso entre todos os países, como se acentuou no Congresso do P.C.U.S.

POR sua vez, a possibilidade de impedir a guerra em nossa época, segundo a vigorosa argumentação apresentada pelo camarada Kruschiov, abre novas e maiores perspectivas para o desenvolvimento da luta em defesa da paz, para a rápida ampliação e um novo reforçamento do movimento dos partidários da paz em nosso país. A contradição formal entre a afirmação feita pelos comunistas de que seria possível evitar a guerra e, de outro lado, a repetição, desligada da justa compreensão da realidade atual, da tese teórica de que as guerras são inevitáveis nas condições do imperialismo foi superada. A base econômica que gera as guerras — o imperialismo — não desapareceu, mas, nas novas condições históricas, existem no mundo forças políticas suficientemente poderosas para impedir ao imperialismo desencadear a guerra. Isto nos coloca diante do dever de lutar pela ampliação e reforçamento da luta pela paz em nosso país. Colocamos diante de novas tarefas, do dever de saber convencer nosso povo da possibilidade de exigir do governo do Brasil que modifique sua política externa, que realize uma política de defesa da paz, em prol do desarmamento geral, e de relações pacíficas com todos os povos. Por que não colocar na base da política externa do Brasil os cinco princípios formulados inicialmente pela República Popular da China e pela República da Índia e retomados em seguida pela Conferência de Bandung? Para os patriotas brasileiros torna-se cada vez menos compreensível a humilhante posição da delegação do Brasil na ONU de servil caudatária da política reacionária do Departamento de Estado norte-americano, torna-se cada vez menos admissível que o governo do Brasil não seja ao menos capaz de realizar uma política externa independente, como faz o governo da Índia, uma política pacífica de acordo com as tradições de nosso povo e com os termos expressos da Constituição brasileira.

FINALMENTE, a terceira questão de princípio levantada pelo camarada Kruschiov refere-se às formas de passagem ao socialismo, que se diversificam cada vez mais à medida que o campo do socialismo cresce e se reforça. Evidentemente, a transição para o socialismo é sempre e em todos os casos uma operação revolucionária que só pode realizar-se com êxito sob a direção da classe operária. Nisto os marxistas se distinguem dos reformistas, dos oportunistas, que defendem de fato o regime capitalista, como, na atual etapa da revolução brasileira, se distinguem dos defensores do nacional reformismo, os quais a pretexto de lutar pelo progresso nacional dentro da lei e da Constituição, capitulam diante do imperialismo norte-americano e do latifúndio, defendem de fato o atual regime de latifundiários e grandes capitalistas e, conseqüentemente, a progressiva colonização do Brasil pelos Estados Unidos. O que se passa é que na nova situação do mundo são cada vez maiores as condições que permitem uma transição pacífica para o socialismo. Como acentua o camarada Kruschiov, «a virulência da luta, o emprêgo ou não da violência durante a transição do socialismo, não dependem tanto do proletariado quanto da resistência que os exploradores oponham, do emprêgo da violência pela própria classe exploradora». Estes e outros argumentos

muito nos ajudarão a desmascarar os inimigos do socialismo que nos acusam de partidários da violência por princípio e que caluniam, assim, o movimento comunista para ocultar a violência dos reacionários contra as massas trabalhadoras a cuja frente estão e em cuja defesa lutam de fato os comunistas.

COMO vemos, as respostas dadas pelo XX Congresso a tão importantes questões da teoria da classe operária iluminam com uma nova e poderosa luz as perspectivas do triunfo do comunismo, do triunfo da doutrina marxista-leninista, sempre em progresso e cada vez mais viva e poderosa.

PARA o povo brasileiro, que se encontra ainda submetido ao jugo opressor dos monopólios norte-americanos, abrem-se agora novas perspectivas de êxito na luta que sustenta pela independência nacional e pelo progresso social. Com a realização do XX Congresso do P.C.U.S. recebemos — a classe operária e os comunistas em particular — novas e poderosas armas de inestimável valor. Para todos nós, que lutamos contra a opressão colonial, constitui um novo elemento de convicção, um estímulo poderoso, que abre uma nova perspectiva, a tese exposta e demonstrada pelo camarada Kruschiov, que afirma: «Hoje, já se pôs na ordem-do-dia, como uma das questões mais palpitantes e atuais, o problema da supressão completa do oprobrioso sistema do colonialismo».

NA luta pela independência nacional contamos agora com um fator novo de suma importância — a existência da União Soviética e demais países do campo socialista e a predisposição destes a ajudar em pé de igualdade e de mútuos benefícios aos países subdesenvolvidos em seu progresso industrial. «Para criar uma economia nacional independente — afirma o camarada Kruschiov — e elevar o nível de vida de seus povos, embora não façam parte do sistema socialista mundial, esses países (coloniais e semicoloniais) que iniciaram o caminho do desenvolvimento independente) podem desfrutar dos progressos deste sistema. Para obter instalações industriais modernas, já não se vêem constrangidos a inclinar-se ante seus antigos opressores. Essas instalações podem adquiri-las nos países do socialismo, sem pagar por isso nenhuma espécie de compromissos de caráter político ou militar.» Nestas condições, são cada vez maiores as possibilidades para ampliar em nosso país a poderosa corrente de unidade a que confluem forças políticas as mais diversas, socialistas e não-socialistas, interessadas todas no progresso de Brasil. Na medida em que estas forças unidas forem capazes de impor ao governo do país a realização de uma política externa independente, os imperialistas norte-americanos serão obrigados a fazer concessões, já não poderão considerar nosso país exclusivamente do ponto de vista da possibilidade de extrair lucros máximos.

O XX Congresso do P.C.U.S. foi o Congresso do triunfo do pensamento marxista-leninista e dos métodos marxistas-leninistas. Todos os seus trabalhos e resoluções refletem com grande vigor a intransigência com os defeitos, que constitui um dos rasgos principais do estilo leninista de direção do Partido. Em particular a questão referente à direção coletiva teve no Congresso um grande destaque. Foi reafirmado com energia o princípio leninista segundo o qual o Partido é dirigido por organismos coletivos, que devem funcionar com regularidade e discutir ampla e livremente todas as questões em debate. No Congresso foi dito abertamente que este princípio fora esquecido na vida do Partido Comunista da União Soviética durante um longo período e que, imediatamente após a morte de Stálin, viu-se a direção do Partido diante da necessidade de restabelecer a direção coletiva e a democracia interna de partido, a começar pelos organismos mais altos do próprio Partido.

NÃO se trata evidentemente de diminuir os méritos históricos de Stálin, como tentam fazer crer com sua gritaria desesperada os arautos da reação e todos os inimigos do socialismo no mundo inteiro. Trata-se da crítica necessária de certos erros, feita à maneira leninista, franca e abertamente. Neste sentido, são dignas de nota as seguintes palavras do camarada Suslov, pronunciadas na tribuna do XX Congresso:

«O Informe do Comitê Central atém-se por completo à tradição do leninismo quando não oculta nem ao Partido nem ao povo os defeitos, as fraquezas e os problemas pendentes em nosso trabalho. Quer dizer, que nosso Partido não se conforma com aquilo que foi realizado, que enfrenta novas e grandiosas tarefas. A apreciação crítica do trabalho realizado é uma condição indispensável para dirigir à maneira bolchevique. Só desta forma podemos evitar o estancamento no trabalho e assegurar o anelo constante de seguir para a frente, para o novo, para o melhor, para o avançado.»

FIEL a esta tradição leninista, o XX Congresso do P.C.U.S. constatou que a teoria e a prática do culto da personalidade, estranho ao espírito do marxismo-leninismo, causaram graves prejuízos ao Partido e ao Estado soviético. Esta crítica, testemunho evidente da força e da unidade do Partido Comunista da União Soviética, constitui um exemplo de excepcional importância que devemos saber recolher e utilizar na luta que travamos pelo reforçamento incessante de nosso Partido.

INICIAMOS em nossas fileiras, especialmente a partir de nosso IV Congresso, a luta pela aplicação do princípio da direção coletiva e contra o culto da personalidade, mas devemos reconhecer que isto ainda não foi feito na medida em que se torna necessário. As indicações do XX Congresso do P.C.U.S. ajudam-nos a compreender a importância do reforçamento incessante da direção coletiva, mostram-nos como se deve dirigir o Partido e nosso movimento e dão-nos uma melhor compreensão do papel da personalidade na História e na vida dos povos.

PARA nós, comunistas brasileiros, que há alguns meses concentramos esforços na luta por desenvolver a vida política das Organizações de Base, empreendemos esforços no sentido de estreitar nossas ligações com as grandes massas, são do

(Conclui na página seguinte)

Explicando o programa do P.C.B.

As empresas norte-americanas que operam no Brasil sugam o suor do povo brasileiro e o enviam para os Estados Unidos, em forma de lucros. Os lucros fabulosos dessas empresas constituem uma parte considerável do que os imperialistas lanques saqueiam do nosso país, ao lado dos juros dos empréstimos, da matéria-prima a preços vis, da não equivalência das trocas comerciais, etc.

Os lucros norte-americanos aumentam de ano para ano e é difícil precisar seu volume real, pois os expedientes fraudulentos postos em prática pelos tubarões para escondê-lo. Segundo dados oficiais, referentes a 1953, o total dos lucros das empresas norte-americanas que operam no Brasil pode-se estimar, naquele ano, em 4,7 bilhões de cruzeiros ou 253 milhões de dólares, dos quais correspondem ao Grupo Light 45 milhões de dólares. Uma parte desses lucros ficou no país, e foi reinvestida, passando a render novos e maiores lucros. A outra parte foi enviada aos Estados Unidos pelo câmbio privilegiado.

Os privilégios de câmbio

A parte dos lucros remetida para os Estados Unidos pelo câmbio oficial é considerável. O governo fornece às empresas norte-americanas dólares pela taxa oficial, sem cobrar ágio ou sobre-taxas. Como esses dólares são adquiridos pelo Banco do Brasil aos exportadores mediante bonificações, resulta que o Tesouro Nacional sofre com isso um prejuízo considerável. Em outros termos, o Tesouro Nacional subvenciona as empresas norte-americanas para que elas exportem seus lucros. E esta subvencção — isto é, a bonificação paga pelo Banco do Brasil ao adquirir o dólar que fornece ao câmbio oficial — sai do bolso do povo, em última análise.

A Dominação do Imperialismo Norte-Americano no Brasil — 5

Dos lucros obtidos pelas empresas norte-americanas em 1953 (253 milhões de dólares) pode-se avaliar, de acordo com dados do Banco do Brasil e da ONU, que 90 milhões de dólares (15 milhões de Light e 75 milhões das demais empresas) foram remetidos pela taxa oficial. Ora, a bonificação média concedida aos exportadores, no primeiro semestre de 1954, foi de 7 cruzeiros por dólar. Isso quer dizer que, entregando às empresas lanques, para exportação de lucros, 90 milhões de dólares à taxa oficial, o Tesouro Nacional teve um prejuízo de 630 milhões de cru-

zeiros. Deve-se considerar, porém, que, na época, o ágio médio nos leilões de câmbio foi de cerca de 14 cruzeiros (considerando-se as divisas utilizadas pelo governo, que não foram vendidas em leilão) e isso quer dizer que o prejuízo do Tesouro Nacional elevou-se, de fato, a 1.260 milhões de cruzeiros. Esse foi, segundo dados oficiais, o preço pago pela exportação de lucros das empresas lanques, ao câmbio oficial, e que deve ser somado aos 4,7 bilhões dos lucros propriamente ditos daquelas empresas, o que os eleva a 6 bilhões.

Estudar

a realidade concreta

Os números acima citados referem-se aos lucros confessados. E, como se sabe, os imperialistas norte-americanos confessam apenas uma parte — quase sempre a menor — de seus lucros. Se se estudar, por exemplo, o balanço de uma filial da Bond and Share, poder-se-á ver como as filiais desse truste ocultam a maior parte de seus lucros. O saque do povo brasileiro pelos monopólios imperialistas é, pois, imensamente maior, no que se refere aos lucros das empresas, do que o expressado pelos números oficiais.

Como dissemas ao iniciar estas considerações, pretendemos dar aos leitores um quadro rápido e geral de alguns aspectos da dominação do imperialismo norte-americano no Brasil. Trata-se, agora, de assinalar que o indispensável é estudar a realidade concreta da dominação imperialista em cada Estado, em cada região, em cada cidade do país. Se não o fizermos, não poderemos convencer as massas da justiça do Programa — não poderemos aplicá-lo, transformá-lo no guia de nossa ação diária junto às massas, em cada local.

CONTINUAÇÃO DO ARTIGO DE LUIZ CARLOS PRESTES

grande valor e merecem a maior atenção as seguintes palavras do camarada Kruschlov no Informe do Comitê Central:

«A realização dos princípios leninistas da vida do Partido permitiu elevar a atividade política das organizações do Partido, robustecer seus vínculos com os trabalhadores e fortalecer sua influência no seio das massas. Isto multiplicou a força das organizações do Partido, elevou incomensuravelmente sua combatividade para resolver as tarefas da edificação econômica e cultural.»

A realização dos princípios leninistas da vida do Partido exige que todos os comunistas pensem a respeito das responsabilidades que lhes cabem, que atuem e saibam tudo fazer, independentemente de «ordem» ou diretiva, para aplicar corretamente a linha do Partido fixada pelo IV Congresso e pelo Comitê Central, a fim de que possamos avançar pelo caminho da unidade da classe operária, da aliança operário-camponesa e da frente democrática de libertação nacional.

ESTAS e inúmeras outras questões de enorme importância e grande utilidade para o reforçamento de nosso Partido foram examinadas pelo XX Congresso do P.C.U.S. que foi, assim, para nós, rico de ensinamentos da maior utilidade para o desenvolvimento de nossa atividade. Nosso dever consiste em estudar atentamente tão rico manancial, a fim de ficarmos melhor armados, melhor preparados teoricamente para enfrentar os combates que nos esperam, para reforçar sempre mais nosso Partido, que deve conduzir a classe operária e todas as forças antiimperialistas e antifeudais à luta e à vitória.

OS comunistas e todos os trabalhadores do Brasil acolhem com alegria as decisões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Elas nos dão uma perspectiva mais clara, inspiram-nos maior coragem e audácia, transmitem-nos a certeza de vencer na luta pela paz, pelas liberdades, pela unidade da classe operária e de todos os patriotas e democratas que aspiram por um Brasil independente e próspero.

APOIAMOS entusiasticamente as decisões tomadas no XX Congresso do P.C.U.S. e as grandes idéias que nele foram levantadas. É dever de todo militante comunista ler e estudar os materiais do XX Congresso do P.C.U.S., assimilar suas idéias e levá-las ao conhecimento das massas,

AS DECISÕES DO XX CONGRESSO DO P. C. U. S. E O FORTALECIMENTO DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLONÊS

REUNIU-SE, no dia 6 do corrente, uma Conferência do ativo de Varsóvia do Partido Operário Unificado Polonês, com o fim de discutir os documentos do XX Congresso do P.C.U.S., tendo pronunciado importante discurso o camarada Edward Ochab, primeiro secretário do C.C. do P.O. U.P. O camarada Ochab analisou, demoradamente, as conclusões do XX Congresso e sua importância para a atividade ulterior dos comunistas poloneses, detendo-se

O PROCESSO DE

«A direção do Partido — disse o primeiro secretário do C.C. — fez muito, de 1954 a 1955, para pôr em liberdade e reabilitar pessoas acusadas injustamente. Não obstante, devemos responder à pergunta: por que se retardou, muitas vezes sem razão, a reabilitação de certo número de pessoas?»

«Com pesar pensamos não somente nos casos de detenção injustificada de nossos camaradas de Partido, aos quais depois reabilitamos plenamente, mas também na detenção ilegal de pessoas às quais combatemos com razão, por difundirem concepções oportunistas e nacionalistas, mas a quem acusamos injustamente de atividades diversionistas, expressando nossa conformidade com sua prisão, de acordo com a teoria de que os oportunistas têm que degenerar necessariamente em agentes do imperialismo, e deixando-nos influir por um ambiente de desconfiança».

O camarada Ochab refere-se particularmente a Wladislaw Gomułka, assinalando que este defendeu, em um período crucial da vida do Partido, concepções oportunistas e nacionalistas, tendo chegado a rejeitar o marxismo-leninismo como a base ideológica no

A DECLARAÇÃO DOS

«Nosso Partido — disse adiante o camarada Ochab, referindo-se às medidas adotadas, em 1939, a respeito do P.C.P. e seus líderes — acolheu com profunda emoção a Declaração dos cinco Partidos Comunistas e Operários no sentido de que a decisão de dissolver o Partido Comunista da Polónia foi infundada. A verdade histórica sobre o heróico P. C. P. e a amarga verdade sobre a trágica sorte de seus dirigentes não somente nos causa uma dor profunda mas, apesar dos cálculos do inimigo, converte-se em um estímulo para reforçar o trabalho do Partido com o fim de construir a Polónia socialista, pela qual lutaram, durante toda

particularmente, nas questões relativas ao fortalecimento do Partido e dos métodos leninistas de trabalho de Partido. Referiu-se o camarada Ochab à luta «contra todos os vestígios do culto à personalidade, contra as deformações e tergiversações que, durante muitos anos, debilitavam a ligação cotidiana com as massas e opunham obstáculos a nosso avanço pelo caminho do comunismo».

W. GOMULKA

novo Partido Operário Unificado Polonês, que se formou pela fusão do Partido Comunista e Partido Socialista Polonês. O Partido derrotou as concepções do gomulcismo em uma ampla e aberta luta ideológica. Gomułka foi isolado politicamente. Não obedeceu à vontade do Partido e rolou, cada vez mais, para posições antipartidárias.

«Mas — disse o camarada E. Ochab — convém ressaltar com toda a energia que a prisão de Gomułka, em 1951, no ambiente criado pela camarilha de Béria, no ambiente do processo de Rajk, foi errônea e infundada. A acusação de atividades diversionistas não somente era injusta a respeito de Gomułka, como desorientava a opinião pública».

Foram retiradas as acusações contra Gomułka e este foi libertado. Quanto a Marian Spychalski, ex-vice ministro da Defesa Nacional, condenado por atos de sabotagem e outras acusações, foi comprovado ter sido a condenação injusta, tendo sido ele igualmente posto em liberdade. No entanto, Spychalski é responsável por desvios da orientação do Partido, do qual era membro, no Exército, e por ter mentido ao Partido a respeito de suas atividades antipartidárias.

CINCO PARTIDOS

a sua vida, Warski, Kostrzewa, Lenski, Prochniak, Paszyn e todos os militantes, conhecidos e desconhecidos, do P. C. P., valorosos e abnegados soldados do comunismo».

Ao concluir, disse o primeiro secretário do C.C.: «Temos a firme convicção de que, armados com as decisões do histórico XX Congresso do P.C.U.S., mantendo um estreito contato e ligação leninista com todos os ativistas do Partido e com todo o Partido, existindo uma sã e justa crítica e autocrítica e guiando-nos pela bússola do marxismo-leninismo, conduziremos nosso povo a novos combates e novas vitórias».

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

PLENO DO C.C. DO P.C. DA ÍNDIA

Reuniu-se em Delhi, de 26 a 31 de março, um pleno ampliado do Comitê Central do Partido Comunista da Índia, que aprovou uma resolução sobre o XX Congresso do P.C.U.S. Depois de assinalar que as decisões do XX Congresso causaram profunda impressão em todos os países, a resolução indica que «as formidáveis realizações do V Plano quinquenal e as medidas propostas com relação ao VI Plano quinquenal são fatores de enormes significação internacional. Tudo isto reveste-se de singular importância para os países do Oriente que, depois de longos anos de escravidão, sacudiram o jugo colo-

nial e aspiram a fortalecer sua economia nacional.

A resolução assinala que o XX Congresso prestou um imenso serviço à causa do movimento comunista internacional com sua severa crítica do culto à personalidade, estranho ao espírito do marxismo-leninismo. Destacando o enorme alcance teórico e prático de seus documentos, o Comitê Central do P.C. da Índia chama «a todos os militantes do Partido a estudar a fundo individualmente as intervenções e os documentos do XX Congresso e concita os Comitês do Partido a organizar a discussão profunda dos mesmos».

DISCUSSÃO DOS MATERIAIS DO XX CONGRESSO DO P.C.U.S. NO PARTIDO COMUNISTA DO JAPÃO

CELEBROU-SE, há pouco, o V Pleno do Comitê Central do Partido Comunista do Japão, tendo discutido os materiais do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Na Declaração aprovada pelo V Pleno se diz: «Nosso Partido, com as resoluções e o projeto de Estatutos aprovados na VI Conferência, esclareceu seus anteriores erros táticos e de organização, venceu o aventureirismo esquerdista e pôs fim à direção unipessoal patriarcal. Graças a isso foi elaborada uma tática justa e se reforçaram as normas marxistas-leninistas da vida do Partido.» Assinala, ainda, a Declaração, a importância do estudo dos materiais do XX Congresso e conclama a todos os militantes a estudá-los profundamente e levar à prática seus ensinamentos. «e, «sob a bandeira invencível do marxismo-leninismo, aplicar a política do Partido e desenvolver a teoria, fortalecer ainda mais a unidade e a coesão do Partido».

PELA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS LENINISTAS NO P.C. DA BULGÁRIA

O CULTO criado em torno à pessoa do camarada Vylko Chervénkov, depois de ter sido ele eleito secretário-geral do Partido, levou a que se vinculassem indevidamente a seu nome a bolchevização do Partido, a vitória de 9 de setembro, os êxitos da construção socialista e o futuro do Partido e de nosso país».

Estas são palavras do camarada Todor Jivkov, primeiro secretário do C.C. do Partido Comunista da Bulgária, na reunião da organização do Partido de Sofia, realizada dias atrás, para discutir os materiais do XX Congresso do P.C.U.S. Afirmou, ainda, o camarada Jivkov:

«Este pernicioso sistema conduziu à substituição dos provados métodos de trabalho tradicionais no Partido Comunista da Bulgária, ao menosprezo do papel do Comitê Central como órgão dirigente coletivo e do papel do Partido. O culto à personalidade

teve repercussões na frente ideológica, no trabalho de organização e econômico do Partido e do Estado. Uma das nocivas consequências do culto à personalidade foi a violação da legalidade, em consequência do que foram acusados e condenados camaradas inocentes».

O camarada Jivkov disse que eram falsas as imputações contidas na ata de acusação e em outros materiais relacionados com o processo de Traicho Kostov e com outros processos posteriores. Em vista disso, por decisão do Conselho de Ministros e do Comitê Central do Partido, todos os presos em virtude destes processos foram postos em liberdade. Uma comissão do Comitê Central foi encarregada de rever e comprovar os materiais relacionados com os processos, visando reabilitar, ante o Partido e o povo, a todos os camaradas injustamente condenados.

GRANDIOSA MANIFESTAÇÃO DE UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

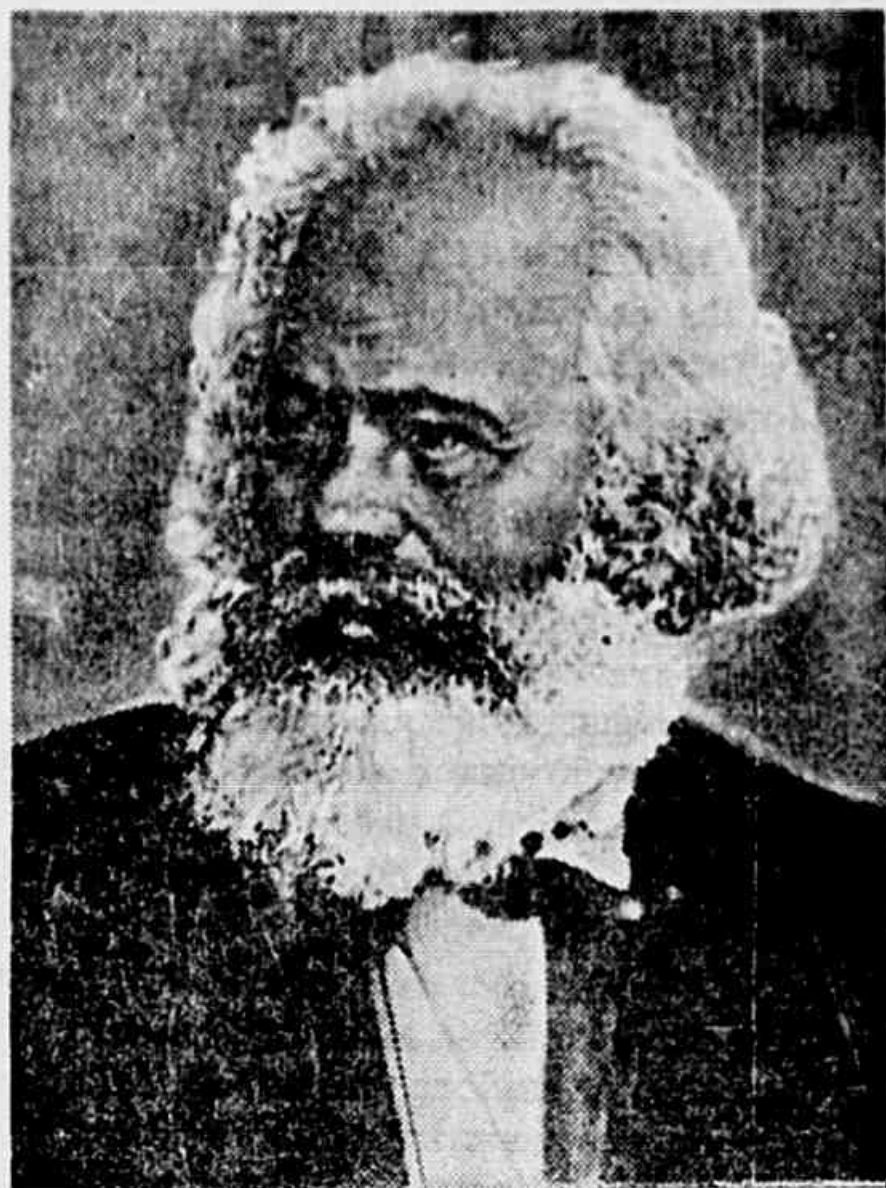
“Seu Nome e Sua Obra Sobreviverão Aos Séculos”

O 138º ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO DE MARX

“Seu cérebro era como um barco de guerra disposto a zarpar a todo instante; estava sempre pronto a lançar-se em todas as direções do pensamento”. Assim escreveu Paul Lafargue sobre Marx. E não é que visse nele em especial o polemista forçado a sê-lo devido às condições históricas peculiares em que travou, suas grandes batalhas doutrinárias. Lafargue exagerava em Marx o que ele era de verdade: um cientista criador, um pensador original que tinha resposta para todas as perguntas, o primeiro grande líder proletário de envergadura mundial, numa palavra, o fundador do comunismo científico, o inspirador e organizador da Primeira Internacional.

Tais reflexões nos ocorrem sobre Marx porque a data de 5 de Maio de 1818 recorda o nascimento em Treves, na Alemanha, do grande gênio da humanidade que teve em Friedrich Engels, seu dileto amigo, o inseparável companheiro de lutas. Não é possível, por menos que seja, falar sobre Marx sem referir-se a Engels. Como não é possível separar a doutrina científica que ambos criaram da sua parte contemporânea, do enriquecimento a ela trazido por V. I. Lênin através da aplicação criadora às condições da época do imperialismo em geral e em particular à situação da antiga Rússia, onde se desenvolveu e conquistou a vitória a Revolução Socialista de Outubro, que inaugurou uma nova época na história humana.

É difícil acentuar na obra gigantesca de Marx, seja no campo propriamente filosófico, seja no terreno da economia política ou no da ação política prática, o que se destaca com maior relevo. De resto, para sua obra, modesto como era, ele nada mais reivindicava que o caráter rigorosamente ci-



entífico, que ser o fruto de longos anos de conscienciosa pesquisa, como acentuou no famoso prólogo da “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Mas pode-se dizer com absoluta segurança, com Engels no discurso de despedida à beira do seu túmulo: “Seu nome e sua obra sobreviverão aos séculos!”

Nos dias que correm, podemos ver com clareza que Engels tinha razão. Hoje, o marxismo passou de uma concepção de grupos de vanguarda da sociedade para uma concepção de centenas de milhões de homens. As idéias de Marx se concretizaram nas magníficas realizações dos povos dos países do campo socialista; e penetram ainda mais profundamente no espírito e no coração dos trabalhadores dos países capitalistas, coloniais e dependentes, conquistando para suas posições vitoriosas sempre novos e abnegados batalhadores.

MAIS DE 50 MIL TRABALHADORES COMPARECERAM À CONCENTRAÇÃO REALIZADA NO ESTÁDIO DO VASCO

GRANDIOSO espetáculo de unidade da classe operária foram as comemorações do 1º de Maio, na Capital da República, culminadas com a manifestação do Estádio do Vasco, da qual participaram 50 mil trabalhadores. As comemorações da data internacional do proletariado tiveram, este ano, particular significação, uma vez que foram a expressão do irresistível anseio de unidade que empolga amplos setores da classe operária, conduzindo à ação unitária suas organizações sindicais, de todos os escalões.

Sob os calorosos aplausos da grande massa presente, que lotava completamente todas as dependências do Estádio, desfilaram, durante uma hora, conduzindo centenas de faixas, cartazes e bandeiras, as representações das diversas entidades sindicais. Diante do palanque, onde se

encontravam o presidente da República, ministro do Trabalho, outras autoridades e dirigentes das Confederações e outras organizações dos trabalhadores, os participantes do desfile apresentavam ao chefe do governo as faixas e cartazes nas quais se inscreviam suas reivindicações. Após o desfile e o discurso do sr. Juscelino Kubitschek, a Banda dos Fuzileiros Navais fez exhibições no campo, tendo seus componentes desfilado formando as palavras: SALVE 1º DE MAIO!

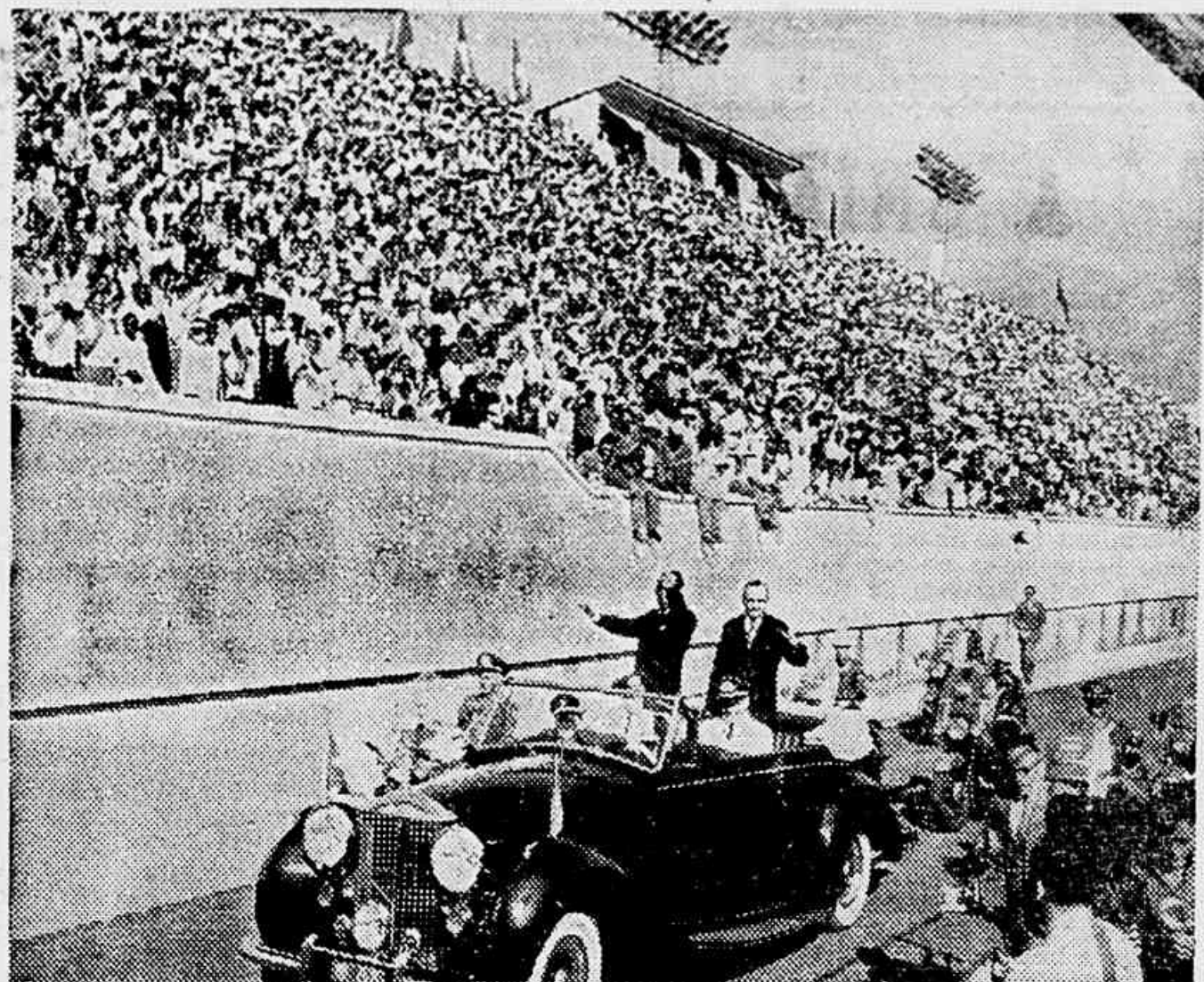
A grandiosa manifestação do Estádio do Vasco sagrou os esforços, coroados de êxito, pela unidade dos sindicatos, federações e confederações, para as comemorações do 1º de Maio — unidade que deve manter-se e reforçar-se, como o exigem os interesses dos trabalhadores e do povo. As jornadas unitárias do 1º de Maio serão, por certo, um marco, abrirão uma nova era no movimento operário e sindical brasileiro, a era da unidade, da ação comum dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações, da democracia e da independência da pátria.

MEMORIAL DE REIVINDICAÇÕES

Na manifestação do Estádio do Vasco, coube ao sr. Diocleciano Holanda Cavalcanti, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, apresentar ao sr. Juscelino Kubitschek o memorial em que se inscrevem as mais urgentes reivindicações dos trabalhadores. Entre estas se incluem a fixação imediata do novo salário-mínimo; salário profissional para as diversas categorias de trabalhadores; jornada de seis horas para os operários das indústrias e serviços insalubres; lei agrária que assegure a extensão aos trabalhadores do campo de todos os benefícios da legislação trabalhista; aceleração da tramitação da lei orgânica da Justiça do Trabalho; modificação radical do projeto de lei orgânica da previdência assegurando aposentadoria integral aos 55 anos de idade e 30 anos de serviço; reequipamento da Marinha Mercante nacional e proteção à cabotagem e à construção naval; participação dos empregados na administração do SESC, SESI, SENAC e SENAL.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RESPONDENDO ao discurso do representante dos trabalhadores e às manifestações de todas as organizações sindicais, o sr. Juscelino Kubitschek pronunciou um discurso em que assinalou o papel dos trabalhadores brasileiros na luta pela democracia e o progresso do país, apelando para que a classe operária apóie o governo na adoção de medidas em favor do povo. Prometeu apressar o aumento do salário-mínimo que — disse — está muito aquém do custo da vida, e adotar providências no sentido de deter a carestia, para que os aumentos de salários não sejam rapidamente anulados. Assegurou, por fim, o presidente da República, que o governo encaminhará, sem demora, medidas para melhorar as condições de vida dos operários.



PARTE DA GRANDE MASSA PRESENTE À MANIFESTAÇÃO DE SÃO JANUÁRIO, NO MOMENTO EM QUE CHEGAVA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

OS TRABALHADORES ERGUEM SUAS BANDEIRAS DE LUTA

CENTENAS de faixas e cartazes, conduzidos pelos representantes das diversas organizações sindicais, exprimiam, na grandiosa manifestação do Estádio do Vasco, as reivindicações dos trabalhadores. Destacada imediata do aumento do salário-mínimo; aposentadoria integral aos 55 anos de idade e 30 anos de serviço; liberdade sindical; pacificação da família brasileira; salário igual para trabalho igual — salário de adulto para o menor não aprendiz; congelamento dos preços dos principais gêneros e artigos de consumo. Bancários, têxteis, metalúrgicos, marítimos, operários da construção civil, trabalhadores do Arsenal de Guerra, do DNER, da Prefeitura e

de outras categorias conduziam cartazes e faixas com suas reivindicações específicas. Desfilaram, também, delegações femininas, de camponeses e de outros setores, com saudações aos operários, em sua grande data. Abria o desfile uma banda de música da Marinha. Encerrava-o a delegação dos ferroviários da Leopoldina.

Nas mãos dos dirigentes e representantes de seus sindicatos e federações, a classe operária ergueu, na manifestação do Estádio do Vasco, suas bandeiras de combate, bandeiras que conduzirão à vitória, reforçando a unidade e a organização de suas fileiras.

MANIFESTO DO COMITÊ CENTRAL DO P. C. B.

Por motivo do 1º de Maio, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil lançou um manifesto de saudação à classe operária. O manifesto destaca os êxitos dos trabalhadores, em todo o mundo e no país e apela para a classe operária para que se una na luta por seus interesses fundamentais. Diz o manifesto do C.C. do P.C.B.:

«Trabalhadores! Uni-vos e lutai juntos nas empresas e localidades pelo triunfo de vossas reivindicações: pelo barateamento do custo da vida e o congelamento dos preços dos artigos de consumo popular; pelo aumento de salários e pela imediata elevação do salário-mínimo; contra as horas extraordinárias e todas as formas de extensão da jornada de trabalho; contra novos aumentos nas taxas de contribuição dos Institutos de Previdência; contra qualquer intervenção do Ministério do Trabalho na vida sindical; pela revogação imediata do famigerado decreto 9.070.»

O manifesto conclama os trabalhadores a se unirem e lutar juntos pelas liberdades democráticas e sindicais, pela anistia ampla a todos os presos e processados por motivos políticos, em defesa do petróleo e demais riquezas nacionais, por uma política de paz e relações pacíficas com todos os povos. Dirigindo-se aos trabalhadores comunistas e não-comunistas, diz o manifesto do C.C. do P.C.B.: «Nossa força está na unidade. Saibamos afastar tudo que nos separa e não poupemos esforços para transformar numa realidade viva a unidade de ação da classe operária». «O Partido Comunista do Brasil — continua — estende fraternalmente a mão a todos os trabalhadores, quaisquer que sejam os partidos a que estejam filiados, seja qual for o credo religioso que professarem ou as concepções que defendam.» O manifesto conclui com as seguintes palavras: «Viva a solidariedade de combate dos trabalhadores do mundo inteiro! Viva a unidade da classe operária! Viva o 1º de Maio!»

FORJAM OS METALÚRGICOS UNIDADE DE SUA CORRIDA



Aspecto parcial da reunião preparatória, realizada na sede do Sindicato de Volta Redonda, aparecendo em primeiro plano a delegação carioca

A UNIÃO FAZ A FORÇA

A União faz a força — este foi o lema que presidiu a Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, inscrito sobre a mesa de sua sessão de instalação. Mas a unidade não esteve presente apenas em inscrições, ela foi a própria essência da Conferência, sua razão de ser mesmo. Reuniram-se no conclave de Volta Redonda 82 representantes dos metalúrgicos de São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Paraíba e Estado do Rio, através de suas federações e sindicatos mais importantes. Eram operários e operárias de diferentes opiniões políticas, de diversos setores da metalurgia, da mecânica e material elétrico. Entretanto, havia opiniões comuns e unânimes em torno de várias questões. A procura desses pontos de contato, a busca daquilo que unia e o repúdio àquilo que separava, o debate franco e sem discriminações, o desejo de extrair a média das opiniões — eis o que colocou a grande reunião de Volta Redonda sob a égide da unidade.

A unidade da Conferência tem sua expressão mais alta nas resoluções ali aprovadas. E elas expressam a unidade que predominou no conclave exatamente porque foram vivamente discutidas nas comissões e no plenário, às vezes até debatidas acaloradamente, antes de serem aprovadas. Ninguém — e só o plenário soberano — impôs sua vontade. Assim, as resoluções exprimem o consenso das opiniões, são um

programa de luta para todos os metalúrgicos brasileiros, núcleo do proletariado de nosso país.

A Conferência demonstrou, à saciedade, que nem só com boas intenções se forja a unidade. Em cada caso concreto ali surgido, diante de cada proposta apresentada, foi necessário dividir o que era unitário e o que não era. Isso aconteceu, por exemplo, durante o debate da proposta de criação da Comissão Permanente da Conferência, que teria a missão de zelar pelo cumprimento das resoluções aprovadas pelo conclave. Falando sobre o assunto, um delegado de Volta Redonda propôs que, na constituição da Comissão, devia-se examinar a atuação de cada delegado, o que o orador passou a fazer, com relação ao presidente de seu sindicato, e fazendo uma referência ao representante do Rio Grande do Sul. Esse caminho fez perigar a unidade no conclave, uma vez que o delegado gaúcho — cuja destacada atuação não fora reconhecida pelo orador, que a desconhecia — considerou injustas as críticas que lhe foram feitas, e que não tinham base real, apresentando, em consequência, sua renúncia. Coube a um delegado carioca propor, com o apoio caloroso de todos os delegados, que cada delegação confirmasse ou não seu próprio representante na Comissão, uma vez que somente a delegação poderia conhecer melhor a atuação de seus re-

presentantes em seus próprios estados. Diante disso o representante gaúcho — cuja atuação destacada na preparação da Conferência é reconhecida por todos os metalúrgicos do seu Estado, — retirou a renúncia, no que foi calorosamente aplaudida por todas as delegações. A proposta carioca assegurou a unidade no plenário da Conferência.



APÓS O ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA, OS METALÚRGICOS PARTICIPARAM DO 1º DE MAIO NO ESTÁDIO DO VASCO

A CONFERÊNCIA Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizada em Volta Redonda nos dias 27 de abril a 1º de maio, é um marco na luta pela unidade e organização da classe operária brasileira. Na «cidade do aço», os 250.000 trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico do Brasil, ali representados através de seus delegados, debateram durante quatro dias suas reivindicações específicas, os direitos e aspirações do proletariado brasileiro, a defesa da economia nacional, das liberdades sindicais e democráticas e da paz.

A realização da Conferência Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, magnífica coroação de um longo trabalho preparatório, foi um dos mais importantes acontecimentos da vida sindical brasileira nos últimos anos, um passo decisivo na unificação em âmbito nacional dos metalúrgicos brasileiros, um notável exemplo de trabalho amplo e unitário — expresso no apoio que recebeu e em suas resoluções —, uma impressionante demonstração de firmeza na luta por suas reivindicações, uma tomada de posição decidida contra os trustes nacionais e em defesa da indústria nacional, uma eloquente demonstração democrática.

INSTALAÇÃO

No dia da instalação do conclave, os 82 delegados de todo o país foram recebidos na entrada de Volta Redonda pelos dirigentes sindicais daquela cidade, sendo escoltados por um grupo de motociclistas à sede do sindicato. À tarde, realizou-se uma reunião preparatória que aprovou o regimento

interno, elegeram os membros das sete comissões e transformou a Comissão Organizadora em Comissão Executiva.

À noite, a Conferência foi solenemente instalada no amplo recinto do «Recreio do Trabalhador», da Companhia Siderúrgica Nacional, sendo executado o Hino Nacional.

O líder metalúrgico Benedito Cerqueira, presidente da Comissão Executiva, lê os nomes dos patronos da grande reunião: Tiradentes, o mártir da independência; Juscelino Kubitschek, presidente da República; João Goulart, vice-presidente; Parsifal Barroso ministro do Trabalho; Miguel Couto Filho, governador do Estado do Rio; Roberto da Silveira, vice-governador; general Edmundo de Macedo Soares, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. São chamados para a mesa os srs. João Goulart, o representante do ministro do Trabalho, o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, o dr. Ismael Coelho de Sousa, vice-presidente da CSN e representante do gen. Macedo Soares, os deputados Celso Peçanha, Aurélio Viana e Aarão Steimbruch, o representante do governador Miguel Couto, o presidente do IAPI, o padre Maciel Vidigal, deputado estadual de Minas, e os representantes das câmaras municipais de Volta Redonda e Barra Mansa, dos prefeitos de Volta Redonda e Barra Mansa, do Sindicato dos Artistas do Rio, dos Industriais de Volta Redonda e Barra Mansa, e outros.

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Iniciada a sessão, o presidente do Sindicato de Volta Redonda saudou os conferencistas, o povo que lotava as dependências do «Recreio» e as personalidades presentes. Em nome da Comissão Executiva, Benedito Cerqueira pronuncia vibrante discurso, assinalando ser a conferência uma grande vitória dos trabalhadores brasileiros. «Nosso objetivo — afirma — não é separar mas unir os trabalhadores do Brasil. Estamos aqui para apresentar ao governo e às autoridades presentes as nossas reivindicações». Discursam em seguida representantes dos metalúrgicos do sul, do centro e do nordeste e norte. O sr. João Goulart, com a palavra, declara que «em reuniões como esta é que se forja a união dos trabalhadores brasileiros, garantia da vitória de suas reivindicações» e transmite uma mensagem de saudação do presidente da República. Além de outros oradores falaram os deputados Aarão Steimbruch e Celso Peçanha e o representante da Associação Comercial de Volta Redonda, tendo sido os dois últimos calorosamente aplaudidos quando demonstraram a necessidade da concessão de anistia ampla.

FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

O segundo dia da Conferência é inteiramente dedicado ao trabalho das comissões de teses e propostas, que foram as seguintes: Melhoria das condições de vida e de trabalho; Aplicação e ampliação da assistência e seguros sociais, Ampliação

das escolas profissionais; Defesa da indústria e do comércio; Defesa da economia nacional; Organização Nacional de Propriedade; As reuniões que se pre- cisam de apro- vações profun- das e apri- oradas, não são notáveis. Conferência levar a plú- rimo de opi- niões, e de unidade e apressar a aprovação

REPLICAÇÃO

As quatro- rias da Co- missão de Trabalho da Escola Técnica caracterizará- se pelo vivo das te- ras ambiente e de burocracia, tendo- se aprovado, pois de e- dos os s- vizes, cert- teressavame- mente os ca- calorosos apro- vados com os de- de pé. Era- as de con- novo sala- cação do



MENSAGENS

A Co- missão de Trabalho da Escola Técnica caracterizará- se pelo vivo das te- ras ambiente e de burocracia, tendo- se aprovado, pois de e- dos os s- vizes, cert- teressavame- mente os ca- calorosos apro- vados com os de- de pé. Era- as de con- novo sala- cação do

INDUSTRIALIZACÃO

gico Bened-
residente da
ativa, 16 os
nos da gran-
ridentes; Jus-
ndência; Jus-
ck, presiden-
João Gou-
nte; Parsifal
o do Traba-
o Filho, go-
tado do Rio;
eira, vice-go-
al Edmundo
es, presiden-
Siderúrgi-
o chamados
os srs. João
esentante do
abalho, o al-
tamento do
lho, o dr. Is-
Sousa, vice-
SN e repre-
Macedo Soa-
os Celso Pe-
Viana e Aa-
o representan-
Miguel Cou-
do IAPI, o
idigal, depu-
e Minas, e os
das câmaras
Volta Redon-
sa, dos pre-
Redonda e
do Sindicato
Rio, dos in-
ta Redonda e
outros.

A DOS ADORES

essão, o presi-
ato de Volta
os conferen-
que lotava as
"Recreio" e
des presentes
Comissão Exe-
to Cerqueira
ante discurso
a conferên-
tória dos tra-
sileiros. "Nos
afirma — não
as unir os
do Brasil. Es-
a apresentar
s autoridades
essas reivindi-
ram em sé-
tantes dos
sul, do cen-
este e norte-
ulart, com a
ra que "em
esta é que se
s trabalhado-
garantia da
s reivindicar
te uma men-
ção do pre-
ública. Além
dores falar
Aarão Stein-
Pecanha e o
a Associação
Volta Redon-
os dois últi-
ente aplaudi-
monstraram a
concessão da

das escolas técnicas profis-
sionais; Defesa das liberta-
des sindicais e democráticas;
Defesa da indústria meta-
lúrgica e da economia nacio-
nal; Organização Regional e
Nacional dos metalúrgicos, e
de Proposições e mensagens.
As reuniões das comissões,
que se processaram em am-
biente de debates e discus-
sões profícuas, de estudo sé-
rio e aprofundamento das
questões, foram contribui-
ção notável para o êxito da
Conferência, pois souberam
levar ao plenário a média das
opiniões, os pontos comuns
de unidade, que facilitaram
e apressaram sua discussão
e aprovação.

REUNIÕES PLENÁRIAS

As quatro reuniões plená-
rias da Conferência, realiza-
das no grande auditório da
Escola Técnica da CSN, ca-
racterizaram-se pelo debate
vivo das teses propostas, num
ambiente de ordem. Não hou-
ve burocracia nem formalis-
mo, tendo as propostas sido
aprovadas ou rejeitadas de-
pois de examinadas em to-
dos os seus aspectos. Por
vêz, certos assuntos que in-
teressavam mais profunda-
mente os conferencistas eram
calorosamente discutidos e
aprovados por unanimidade,
com os delegados aplaudindo
de pé. Eram propostas como
as de concessão imediata de
novo salário-mínimo, convo-
cação do Congresso Nacio-

Milhares de metalúrgicos de
Volta Redonda cantam o
Hino Nacional na sessão de
instalação da Conferência,
realizada no amplo ginásio
"Recreio do Trabalhador", da
Companhia Siderúrgica Na-
cional, no dia 27 de abril.



nal dos Metalúrgicos, con-
cessão de anistia ampla, re-
pulsão às pretensões dos trus-
tes de se apoderarem de Vol-
ta Redonda e da Petrobrás,
etc.

ENCERRAMENTO

No dia 1º de maio, jornada
da solidariedade internacio-
nal dos trabalhadores, foi so-
lenemente encerrada a Con-
ferência, no auditório da Es-
cola Técnica. Estiveram pre-
sentes o gen. Macedo Soares,
o gen. Edgard Buxbaum e o
major Napoleão Bezerra, re-
presentantes da Liga da
Emancipação Nacional, o
vereador Afonso Celso, re-
presentante da Câmara Mu-
nicipal de Niterói, o repre-
sentante do ministro do Tra-
balho e outras personalida-
des e delegações sindicais.
A sessão transcorreu em
meio a extraordinária vi-
bração.



AMPLA REUNIÃO PATRIÓTICA

Um aspecto da Conferência Nacional de Metalúrgi-
cos que merece especial destaque é sua amplitude. Pou-
cos conclaves operários realizados em nosso país terão
tido a repercussão deste, terão recebido tão amplo apoio.
Inúmeras organizações internacionais enviaram-lhe calo-
rosas mensagens e o presidente da União Internacional
dos Sindicatos da Indústria Metalúrgica e Mecânica,
Marcel Blas, veio ao Brasil participar da reunião
de Volta Redonda. O vice-presidente da República, gover-
nos estaduais e municipais
assembleias legislativas e
câmaras municipais, orga-
nizações operárias de todo
o país, parlamentares e en-
tidades da indústria solida-
rizando-se com a Conferên-
cia, compareceram às suas
sessões.

A Companhia Siderúrgica
Nacional apoiou e contri-
buiu para o brilhantismo da
Conferência. Seus direto-
res, gen. Macedo Soares,
presidente, sr. Ismael Coe-
lho de Sousa, vice-presiden-
te, e sr. Paulo Mendes, di-
retor-secretário, comparece-
ram e participaram das ses-
sões da Conferência. A hos-
pedagem dos delegados, as-
sim como as refeições e
transporte, foi dada pela
C.S.N., que também ce-
deu as dependências do
"Recreio do Trabalhador" e
da Escola Técnica "Panda-
Calgeras". Despertou
grande entusiasmo patrió-
tico nos delegados a visita
feita à usina de Volta Re-
donda, que se transformou
numa aula prática de fabri-
cação de aço. A visão do
conjunto maravilhoso de
Volta Redonda em pleno
funcionamento, movido pelo



braço do operário brasileiro, colocou com nova força nas
sessões plenárias a necessidade de ser intensificada a
luta pela emancipação econômica do país, contra a domi-
nação dos trustes imperialistas e pelo livre desenvolvi-
mento da indústria nacional. Discursando numa das
sessões da Conferência, o diretor-secretário da C.S.N.,
abordou essa questão, dizendo que Volta Redonda "foi
construída apesar da pressão das forças estrangeiras, dos
trustes e dos maus brasileiros que quiseram e ainda
querem impedir o desenvolvimento de outra empresa pa-
triótica, a Petrobrás." A Comissão de Defesa da Indús-
tria e da Economia Nacional contou com acesores da
C.S.N. e da Liga da Emancipação Nacional.

Na foto acima, que fixa a sessão de encerramento da
Conferência, discursa o presidente da C.S.N., general
Edmundo de Macedo Soares, aparecendo ainda a esposa
do vereador Afonso Celso, de Niterói, o general Edgard
Buxbaum, presidente da Liga da Emancipação Nacional,
e o coronel Armindo Ferreira Vilaça, comandante do
Corpo de Bombeiros de Volta Redonda.

AS RESOLUÇÕES DA CONFERÊNCIA

- MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABA-
LHO:** ampliação do direito dos trabalhadores às
férias; estabilidade para o trabalhador com dois anos
de serviço efetivo na empresa; aumento de salário,
salário-mínimo profissional; elevação, em base não infe-
rior a 80%, do salário-mínimo; salário-família em bases
idênticas à do funcionalismo público federal; melhoria das
condições de trabalho da mulher e do menor; proteção à
maternidade; rigorosa observância e fiscalização da exe-
cução das leis referentes à higiene e segurança no trabalho;
criação do seguro-desemprego, subvencionado pelo Estado,
congelamento dos preços de gêneros essenciais à alimen-
tação e outras medidas pelo barateamento do custo da vida;
relações comerciais com todos os países, de modo a favore-
cer o desenvolvimento da economia nacional.
- APLICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E
SEGUROS SOCIAIS:** aprovar as conclusões do I Con-
gresso de Previdência Social; melhoria da assistência
aos acidentados no trabalho, aos enfermos no período
do tratamento e às mulheres no período da gravidez.
- AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS E PRO-
FISSIONAIS:** incentivar a criação de escolas profis-
sionais nos sindicatos, com subvenção do governo;
criação de escolas profissionais nas empresas ou gru-
pos de empresas com mais de mil operários.
- DEFESA DAS LIBERDADES SINDICAIS E DEMO-
CRÁTICAS:** autonomia e liberdade sindicais; direito
de greve sem restrições; livre redação dos estatutos
sindicais; extinção do fundo social sindical e entrega
do imposto sindical aos sindicatos; plena aplicação das
garantias constitucionais do direito de reunião, de livre pen-
samento, de associação; liberdade para todos os partidos
póliticos; revogação do decreto nº 9.070 e demais leis de
exceção; atualização e democratização da legislação social;
sugestão de criação de uma Confederação Nacional dos Tra-
balhadores, que agrupe a todas as categorias profissionais.
- ORGANIZAÇÃO REGIONAL E NACIONAL DOS ME-
TALÚRGICOS:** criação da Comissão Permanente da
Conferência Nacional dos Metalúrgicos; instituir "Dia
Nacional do Metalúrgico" o dia 9 de abril, data da
Fundação da Usina de Volta Redonda; criação de De-
partamentos de Recreio e Cultura nos sindicatos, com
seções feminina e juvenil; convocação do Congresso Nacional
dos Metalúrgicos, para 1957.
- DEFESA DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E DA
ECONOMIA NACIONAL:** medidas visando impedir a
concorrência desigual da indústria estrangeira com a
indústria metalúrgica nacional; defender, consolidar e
impedir a venda da Companhia Siderúrgica Nacional;
apoio ao Congresso de Defesa dos Minérios; defesa da Petro-
brás e do monopólio estatal do petróleo; criação da Liga
de Defesa de Volta Redonda. A Conferência autorizou sua
Comissão Permanente a entrar em contato com todas as
entidades patrióticas, democráticas, de industriais, etc., ten-
do em vista o cumprimento desta resolução.
- PROPOSIÇÕES E MENSAGENS:** a Conferência diri-
giu, entre outras, as seguintes mensagens — de apoio
à Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora; soli-
citando ao presidente da República que nossa delega-
ção na ONU defenda uma política de paz e amizade
entre os povos; de apoio à Conferência Nacional de Estu-
dos e Defesa das Leis Sociais; de congratulações com a
Comissão Organizadora da Conferência Nacional dos Meta-
lúrgicos, pelo êxito do conclave; telegrama à C.N.T.I., pro-
testando contra sua ausência no conclave. A Conferência
reclamou a anistia ampla a todos os presos e perseguidos
póliticos.

MENSAGENS DE APOIO AO CONGRESSO

A Conferência Nacional dos Metalúrgicos recebeu entre
outras as seguintes mensagens:

União Internacional dos Sindicatos na Indústria Meta-
lúrgica e Mecânica (Departamento Profissional da Federa-
ção Sindical Mundial); Comitê Central dos Sindicatos de
Operários da Indústria Metalúrgica da União Soviética; Comi-
tê Nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria
Metalúrgica da China Popular; Federação dos Trabalhado-
res Metalúrgicos da Polónia; Sindicato dos Trabalhadores
na Indústria Metalúrgica da Hungria; Federação dos Operá-
rios Metalúrgicos da Itália; Federação dos Trabalhadores da
Metalurgia da França; Comitê Central do Sindicato "De
Metaal" da Central dos Sindicatos Unidos da Holanda; União
dos Trabalhadores em Eletricidade, Rádio e Metalurgia da
América, seção do Canadá; União Local dos Trabalhadores
Metalúrgicos do Canadá; Sr. João Goulart, vice-presidente
da República; Companhia Siderúrgica Nacional; Governo do
Estado do Rio de Janeiro; Câmaras municipais de João Pes-
soa, Niterói, Volta Redonda, Barra Mansa e Nova Iguaçu;
Federações Nacionais dos Gráficos e dos Jornalistas, Federa-
ção dos Metalúrgicos de São Paulo e do Rio Grande do Sul,
Associação Comercial de Volta Redonda, etc.

AMENTO ISSÕES

a da Confe-
namente dedi-
o das comis-
e propostas,
eguintes: Me-
ções de vida
Aplicação e
assistência e
Ampliação

Voz dos leitores



QUEREM FAZER DOS MINEIROS ESCRAVOS

QUEM chega às Minas de Butiá tem a impressão de que penetra em um campo de concentração. Não é somente o aspecto sombrio da vila, impregnada de pó escuro. Mas, nas estradas principais o visitante encontra diversas tabelas com a seguinte inscrição: «É PROIBIDO ALICIAR TRABALHADORES DAS MINAS PARA OUTRAS LOCALIDADES». Ao afixar tal inscrição, os senhores do CADEM violam os direitos dos trabalhadores, considerando-os como escravos, como homens sem direito à livre locomoção. Até parece que ainda vivemos nos tempos dos servos, que não podiam deixar os feudos sem autorização dos senhores feudais!

Do mesmo tempo, porém, os tubarões do CADEM pagam agentes para aliciar trabalhadores em outras localidades com o fim de explorá-los nas minas. É recente o caso dos retirantes nordestinos, que foram iludidos por um agente e vieram para as minas, onde não suportaram a brutal exploração.

(De Mauro Taquarense)

NAO DESCARREGAM O NAVIO ARGENTINO

OS ESTIVADORES de Paranaguá, com o apoio da população, deram, recentemente, um exemplo de atitude enérgica em face à indiferença do governo pela saúde de seus filhos e de todas as crianças da cidade, quando se recusaram a descarregar o navio argentino «Americanos». A decisão dos trabalhadores decorreu do fato de trazer o barco um carregamento de maçãs procedentes da região platina onde grassava a poliomielite.

(Correspondência de Paranaguá)



O CUSTO DA VIDA NA BAHIA

Liderada pelas donas de casa, inicia-se, na capital baiana, a preparação de uma Convenção Contra a Carestia de Vida. O movimento promete completo êxito, uma vez que o custo de vida, na Bahia, está asfixiante e obriga os trabalhadores e o povo a passarem as maiores dificuldades.

A Comissão Organizadora da Convenção foi instalada, solenemente, em ato público ao qual compareceu numerosa assistência, bem como dirigentes sindicais e outras personalidades. É presidente da Comissão a sra. Mayave Valença, presidente da Associação Feminina que, nos últimos tempos, vem tendo destacada atuação no combate à carestia de vida.

Esperamos que a Convenção aprove um programa concreto de luta pelo barateamento do custo de vida em nossa cidade. Considero importante que sejam apontadas soluções práticas para os problemas mais importantes do abastecimento, cuja aplicação o povo exigirá do governo, apoiando as medidas que este tomar e que sejam capazes de resolver efetivamente os problemas. Salvador tem uma situação privilegiada para o abastecimento de carne, leite e verduras, por exemplo, mas essas questões nunca foram encaradas de maneira justa e pagamos um absurdo por esses gêneros alimentícios. Assim são outros problemas que, por certo, serão debatidos na Convenção Contra a Carestia.

(De um leitor da Bahia).

Os ESTUDANTES secundários baianos acabam de conquistar expressiva vitória, com a assinatura, pelo prefeito da Capital do Estado, de uma portaria na qual são revogadas todas as restrições ao "passo escolar". Quando a Prefeitura encampou os serviços de bondes da cidade (mantidos pela empresa norte-americana Companhia Linha Circular de Carris) tentou restringir o direito dos secundaristas aos "passes". Estes são passagens especiais, conquistadas pelos estudantes há muitos anos, ao preço de Cr\$ 0,10. Os jovens, porém, sob o comando da Associação Baiana dos Estudantes Secundários, lutaram denodadamente em defesa do seu direito e obrigaram a Prefeitura a ceder. NA FOTO: comício realizado pelos estudantes, para exigir a revogação das restrições ao "passo". (Do correspondente em Salvador).



Vitória de um Associado do Sindicato Rural de Batatais

Reportagem de um camponês de Batatais

O SINDICATO dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Batatais moveu uma ação judicial em favor do associado José Messias Pires. Este, assalariado agrícola, foi dispensado da fazenda Santo Antônio, de propriedade do fazendeiro Kazuta Ito, conhecido por Okida, por não se submeter a tratar mil pés de café por Cr\$ 1.600,00. O regime dessa fazenda é dos piores. O colono não tem direito a plantar cereais. As casas dos colonos são piores que o curral das vacas do fazendeiro: «ão têm nem água, nem luz. Tampouco há escola para seus filhos ou assistência médica. Okida tem em suas terras arrendatárias a 40% que trabalham sua terra sem qualquer ajuda da fazenda ou do Estado. Com esse arrendamento e mais a exploração dos colonos o fazendeiro fica cada vez mais rico e os camponeses cada vez mais pobres.

José Messias participou ao Sindicato, do qual é sócio, a injustiça de que fora vítima. O Sindicato tratou da questão enviando logo uma queixa ao Promotor Público de Batatais. Este, com a maior atenção, ouviu o colono e deu-lhe razão. Propôs ao fazendeiro que fizesse um acordo. Mas este só queria pagar 5 mil cruzeiros, o que foi recusado pelo colono. Diante disto a questão passou às mãos do Juiz de Direito. Isto ocorreu a 20 de abril último. O Juiz ouviu o camponês e reconheceu seus direitos. Propôs um acordo. José Messias, para não perder tempo, pediu 15 mil cruzeiros, mas essa proposta não foi aceita pelo fazendeiro. Finalmente, com a intervenção do Juiz, o fazendeiro pagou, contra a vontade, 12 mil cruzeiros.

Esse acontecimento serve de lição para todos os camponeses que vivem explorados. José Messias é sócio do Sindicato. Seu exemplo deve ser seguido por todos os assalariados agrícolas: entrar para seu Sindicato ou ajudar a organizá-lo ali onde ainda não existe. Na base da organização é que os trabalhadores rurais vão conquistar os direitos que a lei lhes assegura, especialmente o salário-mínimo.

Uma vitória simples como a alcançada por José Messias como também as grandes vitórias só podem ser alcançadas pelo sindicato dos trabalhadores rurais, que é, aqui em Batatais, o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas.

CÂMARAS APÓIAM AUMENTO DO SALÁRIO-MÍNIMO

A CAMPANHA dos trabalhadores de João Pessoa pelo aumento do salário-mínimo vem encontrando apoio não somente entre os vários setores do povo, que apoiam entusiasmadamente a reivindicação, como das autoridades e das câmaras legislativas. Na Assembléa Estadual um deputado do PTB apresentou um projeto de auxílio de 20 mil cruzeiros para financiar o envio, à Capital da República, de uma comissão de dirigentes sindicais, com o fim de discutir o aumento do salário-mínimo. Também na Câmara Municipal foi

apresentado pelo vereador Luís Bernardes, um projeto de auxílio de 10 mil cruzeiros. A Comissão Intersindical já conta com 30 mil cruzeiros.

Além disso, a campanha pelo aumento do salário-mínimo os dirigentes sindicais têm discutido a escolha dos nomes para a Delegação Regional do Trabalho e Delegacia do IAPI, tendo decidido reclamar a nomeação dos srs. João Pires e Lafaete Cavalcanti, respectivamente.

(Correspondência de L. Silva).

Exploração e Desprêzo Pela Vida Nas Obras da Hidrelétrica

A CIA. SERVIX Engenharia Ltda., encarregada das obras da Central Elétrica do Funil (Estado da Bahia) está submetendo os trabalhadores daquela construção aos mais duros métodos de exploração. Cerca de 300 operários são obrigados a trabalhar 10 horas, ganhando o mísero salário de Cr\$ 5,70 por hora. Os que fazem o turno da noite não recebem extraordinário, embora seja este um direito assegurado por lei. Os que adoecem são despedidos. Há dias foi demitido um trabalhador conhecido por Nenen, que contraiu impaludismo no trabalho. Por ter deixado o trabalho por alguns minutos, a fim de atender a uma necessidade, foi também despedido o operário João Bispo dos Santos, que contava 18 meses de serviço.

A Servix fez construir uma canoa de tábuas, para a travessia do Rio de Contas. No mês de dezembro houve um acidente com a frágil e insegura embarcação que transportava oito trabalhadores. Dois trabalhadores morreram afogados, e a empresa ainda não pagou as indenizações, apesar dos constantes esforços das famílias das vítimas. O fato desperta geral indignação. Os trabalhadores vêm procurando o Sindicato da Construção Civil de Itabuna, associando-se ao mesmo, para defender seus direitos.

(Correspondência de Itabuna).

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Aydano do Couto
Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

SUCURSAIS:

SÃO PAULO - Rua dos Estudantes nº 84 s/ 29, 2º and. - Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE - Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and.

RECIFE - Rua Floriano Peixoto nº 85 - 3º - sala 326.

FORTALEZA - Rua Barão do Rio Branco nº 1.248 s/ 22. Tel. 1-13-03

SALVADOR - Rua Barão de Cotegipe, 67 - Edifício Zacarias - s/ 303 (Calçada).

JOÃO PESSOA - Rua Duque de Caxias, 558, 1º and., salas 3/4. Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPÉRIA

ASSINATURAS:

Anual Cr\$ 100,00
Semestral . . . Cr\$ 50,00
Trimestral . . Cr\$ 25,00
Núm. avulso. Cr\$ 1,50
Núm. atrasado Cr\$ 2,00

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

OS DIREITOS DOS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS



As leis do país asseguram aos assalariados agrícolas os seguintes direitos:

SALÁRIO-MÍNIMO

Art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho: «Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transportes».

O salário-mínimo em vigor no país é o fixado pelo decreto n.º 35.450, de 1.º de maio de 1954. Atualmente os Sindicatos operários lutam por novos níveis de salário-mínimo.

O fato de que grande número de assalariados agrícolas ganhe por tarefa e não diários, não constitui obstáculo para que recebam o salário-mínimo. O Juiz de Direito de Franca, ao mandar pagar 7 600 cruzeiros pelo trato de mil pés de café, tomou por base o número de pés de café que um colono trabalha num ano (3 mil). O mesmo pode ser feito em relação ao pagamento de empreitadas, «contas», «braças», ou outras formas de trabalho existentes na lavoura de cana de açúcar ou em outras culturas. O cálculo será feito na base do trabalho realizado num dia normal de trabalho (8 horas), cuja remuneração deve corresponder ao salário-mínimo na região.

CARTEIRA PROFISSIONAL

Art. 13 da Consolidação das Leis do Trabalho: «É adota no território nacional a carteira profissional, para as pessoas maiores de dezoito anos, sem distinção de sexo, e que será obrigatória para o exercício de qualquer emprego ou prestação de serviços remunerados».

FÉRIAS

Art. 129 da Consolidação das Leis do Trabalho: «Todo empregado terá, anualmente, direito ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração».

Parágrafo único: As disposições deste Capítulo aplicam-se aos trabalhadores rurais».

Esse direito é assegurado pelo parágrafo VII do artigo 157 da Constituição. Quanto ao direito dos colonos de café às férias, o Tribunal Superior do Trabalho, no processo TST 4.033-51 firmou jurisprudência garantindo-o e rejeitando as alegações em contrário dos fazendeiros de café.

ORGANIZAÇÃO DE SINDICATOS RURAIS

O decreto-lei n. 7.038 de 10 novembro de 1944 assegura aos assalariados agrícolas o direito a organizar seus Sindicatos. O parágrafo 2º do artigo 2º do mencionado decreto define assim os trabalhadores rurais aos quais é assegurado esse direito: «São empregados rurais, trabalhadores ou operários rurais aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com o fito de ganhar e por conta de outrem».

Esse decreto assegura aos Sindicatos Rurais o direito de representar seus associados perante as autoridades, de celebrar contratos coletivos de trabalho, etc.

REPOUSO REMUNERADO

Lei nr. 605, de 5 de janeiro de 1949.

Art. 1º - Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado, de vinte e quatro horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.

Art. 2º - Entre os empregados a que se refere esta Lei, incluem-se os trabalhadores rurais, salvo os que operam em qualquer regime de parceria, meação ou forma semelhante de participação na produção.



JORNADA DE 8 HORAS E HORAS EXTRAS

Art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho: «A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.»

Parágrafo 1º do art. 59: «Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar que será, pelo menos, 20% superior à hora normal.»

A legislação trabalhista do país ainda não assegura aos assalariados agrícolas alguns direitos já conquistados pelo proletariado urbano, os mais essenciais dos quais são a previdência social, estabilidade, aviso prévio e indenização por dispensa justa. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e os Sindicatos Rurais já existentes, ao mesmo tempo em que se concentram na luta pela aplicação dos direitos já conquistados e acima enumerados, desenvolvem também uma atividade junto aos poderes competentes no sentido de que todas as conquistas da Legislação do Trabalho sejam extensivas ao proletariado rural.

SALÁRIO IGUAL PARA AS MULHERES

Art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho: «Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo».

O parágrafo II do artigo 157 da Constituição determina: «proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil.»



A PESAR de que a legislação trabalhista assegura aos assalariados agrícolas tais direitos, o seu cumprimento pelos fazendeiros e usineiros não foi ainda alcançado. Neste sentido muito têm lutado os Sindicatos Rurais em funcionamento no país. As vitórias nesse terreno não alcançaram entretanto a amplitude que seria

de desejar principalmente porque os assalariados agrícolas ainda não concentram como é necessário na luta pela conquista da reivindicação principal: o **salário-mínimo**.

Mesmo quando os Sindicatos Operários de todo o país desenvolvem uma campanha pelo salário-mínimo, ainda é admitida a participação dos

assalariados agrícolas nesse movimento. Haverá, porém, melhor oportunidade para que se desencadeie uma ampla campanha pela imediata aplicação do salário-mínimo no campo?

A experiência indica que para alcançar a aplicação da legislação trabalhista no campo são necessários múltiplos

e incessantes esforços. Nessa luta os assalariados agrícolas não podem deixar passar nenhuma oportunidade, devem buscar sempre com o maior empenho as formas concretas de sua aliança com os operários das cidades, cujos Sindicatos são o principal aliado com que contam para lograr essa vitória. Portanto, é indispensável

encontrar as formas de participação dos assalariados agrícolas na campanha do salário-mínimo, elaborar as palavras de ordem que unifiquem o proletariado rural e urbano, isto é, que levantem simultaneamente a bandeira da elevação dos níveis atuais do salário-mínimo e a sua imediata aplicação no campo.

Realizando agora uma grande campanha pela aplicação do salário-mínimo, em estreita aliança com os operários das cidades, os assalariados agrícolas têm todas as possibilidades de alcançar uma grande vitória e de dar um importante passo no sentido da aplicação da legislação social no campo.

Sobre a Confederação Rural e os Órgãos Que a Integram

Alguns leitores da VOZ OPERÁRIA solicitam maiores esclarecimentos quanto à opinião expressa em nossas colunas de que a Confederação Rural Brasileira não é uma organização de latifundiários, como afirmam muitos dos nossos propagandistas, mas uma organização heterogênea que engloba simultaneamente latifundiários e camponeses (ricos, médios e pobres). Essa afirmação — dissemos em notas anteriores — foi plenamente confirmada pela IV Conferência Rural, realizada na 2.ª quinzena de março, em Fortaleza, cujas resoluções permitem encontrar um terreno de ação comum com as Federações e Associações Rurais quanto a várias questões, inclusive a reforma agrária. Passamos pois a atender a essa solicitação

I) A IV Conferência Rural marca um certo avanço em relação à III quanto à maneira de encarar a reforma agrária. A III Conferência, além de que não discutiu essa questão com o mesmo destaque da IV, mas o fez num plano muito secundário, aprovou uma resolução em que se diz: «a simples redistribuição de terras, embora podendo satisfazer momentaneamente aos beneficiários, não assegura o progresso econômico e social que encontra sua justificativa nos regimes democráticos, bem como, nas condições da vida rural brasileira». (Revista «Gleba», n.º 5 — novembro, 1955). Está visto que este é um conceito profundamente antidemocrático que pretende reduzir a reforma agrária — necessidade econômica e aspiração de vários e importantes setores da população — a uma questão inventada pelos comunistas.

Outra foi a posição da IV Conferência Rural. É certo que ainda não reconhece abertamente a necessidade da reforma agrária, senão em casos excepcionais. Diz o item 5 da resolução aprovada: «Estabelece o princípio de que em casos excepcionais pode ser admitido o partilhamento de terras, desde que para fins de colonização e a execução de uma sábia política de fixação do homem à terra». Mas ao indicar no item seguinte as áreas sobre as quais deve incidir (transcrito por nós em comentário anterior), não exclui desse partilhamento as propriedades latifundiárias. Esse pronunciamento significa, sem dúvida alguma, um passo à frente em relação à III Conferência.

II) A IV Conferência Rural rejeitou inteiramente a tese da Associação Rural de Ribeirão Preto que é uma defesa franca e aberta do latifúndio. Nesse documento se afirma, entre outras coisas: «Não existe no país o "status" agrário que, pela sua periculosidade iminente no campo social esteja a reclamar insistentemente o remédio radical e urgente de uma reforma estrutural».

A evolução ocorrida entre a III e a IV Conferências e a rejeição da tese da A.R. de Ribeirão Preto indicam que outros setores além dos latifundiários erguem sua voz no seio da Confederação Rural. E os fatos mostram que essa evolução não se dá em benefício dos latifundiários.

PROSSEGUEM OS COTONICULTORES NA LUTA POR UM PREÇO MÍNIMO COMPENSADOR

A decretação pelo governo do preço mínimo de 135 cruzeiros para a arroba do algodão paulista, tipo 5, continua despertando amplos e generalizados protestos.

O principal defeito da resolução governamental consiste em que beneficia excessivamente aos exportadores, isto é, as firmas norte-americanas como a Sanbra e Anderson Clayton. Segundo estudos realizados por técnicos paulistas, essas firmas terão um lucro extra de Cr\$ 51,40 por arroba, o que é um absurdo, desde que seus lucros habituais já são exagerados. Por outro lado, segundo os mesmos técnicos, com os preços atuais garantidos aos exportadores (Cr\$ 523,00 por arroba de algodão colocada em Santos) poderia ser pago ao produtor, nas localidades mais distantes como Mirante do Piranapa-

nema, Sorocabana, Santa Fé do Sul na Araraçuareense, Cr\$ 150,00 por arroba de algodão em caroço.

AS ALEGAÇÕES DO GOVERNO

Para tomar essa resolução unilateral, beneficiando aos exportadores e prejudicando aos produtores, o governo alegou a necessidade de evitar emissões que viriam agravar a inflação. Acontece que os próprios cotonicultores não reivindicam providências dessa ordem de parte do Estado. Justamente esse problema foi objeto de debates no recente Congresso de Defesa do Algodão da Alta Sorocabana. A solução sugerida foi a do comércio do Brasil com as nações do Leste Europeu para assegurar o escoamento da safra algodoeira. Essa, aliás, é a única forma de evitar novos ônus ao Tesouro Nacional já que o mercado algodoeiro mundial, no que se refere aos países capitalistas, acha-se ameaçado pelo «dumping» do algodão americano, o que provoca a instabilidade dos preços e a retração das vendas. Por outro lado, várias propostas concretas para a compra do algodão brasileiro pelas democracias populares da Europa já foram encaminhadas ao governo. Isto sem falar na URSS que já absorve boa parte do algodão egípcio e asiático e conta com possibilidades ilimitadas de consumo da produção algodoeira de outros países.

A SITUAÇÃO DO NORDESTE

A portaria inicial da CACEX, excluía arbitrariamente da garantia do preço mínimo o algodão do Nordeste, aplicando-se exclusivamente a S. Paulo e regiões limítrofes. Como se sabe, os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e a região norte do sertão de Pernambuco produzem cerca de 40% do algodão brasileiro, enquanto a contribuição de S. Paulo é em média de 30%. Isto, por si só, evidencia as proporções dessa injustiça.

Como era natural, a resolução do governo causou ali grande descontentamento. A Assembléia Legislativa do Ceará e o Centro dos Exportadores Cearenses enviou ao Rio um representante seu, o deputado Expedito Machado, que, depois de entendimentos com o governo, conseguiu d'este a promessa de que a garantia do preço de exportação seria estendida àquela região. Quanto aos produtores, permanece entretanto a situação de inexistência de um preço mínimo compensador.

PROTESTO DA FARESP

A Federação das Associações Rurais de S. Paulo enviou ao Presidente da República o seguinte telegrama: «Pedimos vênha para ponderar perante V. Excia. que a decisão tomada pelos órgãos federais sobre o algodão não satisfaz a produção. A solução atendeu aos intermediários, assegurando-lhes grande margem de lucro, em detrimento da produção. Todavia, maior malefício causou a demora da decisão que, há dois meses, V. Excia. prometeu e que teria criado o indispensável clima de confiança, além de estabilizar o mercado em nível razoável. Cumpre informar que o preço de 135 cruzeiros para o lavrador não cobre sequer o custo de produção, ao passo que 523 cruzeiros para os exportadores possibilitará grande margem de lucro. Enviaremos à V. Excia. memorial demonstrando a inteira procedência de nossas alegações. Respeitosas saudações. (a) Clovis de Sales Santos, presidente da FARESP».



Camponeses pequenos e médios dedicados à lavoura algodoeira na Alta Sorocabana

III) A Federação das Associações Rurais do Ceará apresentou à Conferência uma circunstanciada tese intitulada «Reformas Agrárias de ontem e de hoje». Esse documento contém uma análise das reformas agrárias realizadas em toda a parte, inclusive na URSS e, neste após guerra, nas democracias populares. Esse estudo considera anômala a estrutura agrária brasileira e reconhece a necessidade de uma reforma agrária, compreendida como um conjunto de medidas além da própria distribuição de terras. Defende a preliminar da indenização, conforme preceitua a Constituição, e destaca a necessidade de que tal reforma seja discutida num terreno concreto e não apenas doutrinário. Os pontos de vista da FAREC foram, em suas linhas mais gerais, os aceitos pela IV Conferência.

Tudo isto mostra que a Confederação Rural não pode ser encarada de maneira simplista como uma entidade dos latifundiários. Ao contrário disto, os fatos indicam que se trata de uma organização heterogênea na qual os latifundiários podem, em certas circunstâncias, ser isolados. Isto é tanto mais justo em relação a Associações e Federações Rurais encaradas isoladamente. Ignorar essa realidade seria abdicarmos de participar nesse processo, coisa absolutamente inconcebível desde que o isolamento dos latifundiários é uma questão essencial, sobretudo para a conquista da aprovação pelo Parlamento de uma reforma agrária democrática.

Os Camponeses Pobres e Médios e as Associações Rurais na Alta Sorocabana

Escreve-nos um leitor de Rancharia (Alta Sorocabana, São Paulo) para fazer a seguinte consulta: na região algodoeira da Alta Sorocabana os arrendatários, meeiros, siliantes e parceiros devem organizar associações de classe independentes, de pequenos e médios lavradores, ou ingressar nas Associações Rurais existentes nos diversos municípios? A opinião do próprio leitor é a seguinte: todos os pequenos e médios lavradores da Alta Sorocabana devem ingressar nas Associações Rurais; quanto aos trabalhadores da lavoura cafeeira devem constituir-se em Sindicato Rural, conforme lhes faculta a lei.

Consideramos justa a opinião do leitor. Na Alta Sorocabana os camponeses pobres e médios constituem a imensa maioria. Nestas circunstâncias as Associações Rurais, nas quais participam os grandes produtores agrí-

colas e também os latifundiários, podem orientar sua atividade de acordo com os interesses da maioria, desde que são organizações de todos os produtores agrícolas e não apenas dos latifundiários. Os próprios acontecimentos ultimamente verificados na Alta Sorocabana indicam que as Associações Rurais naquela região podem se constituir em impulsionadoras da unidade das grandes massas camponesas exploradas. Muitas destas entidades participaram do Congresso de Defesa do Algodão da Alta Sorocabana realizado em março deste ano. Sobretudo, as mencionadas organizações vêm lutando conseqüentemente pela obtenção de um preço mínimo justo para o algodão, que interessa a todos os cotonicultores, pequenos e grandes.

Por outro lado, a experiência indica também que as Associações Rurais podem lutar e lutar por reivindicações que interessam à

maioria dos camponeses mesmo quando estas chocam-se com os interesses dos latifundiários. Exemplo disto é a tabela para o arrendamento nas regiões algodoeiras de São Paulo apresentada pela Federação das Associações Rurais do Estado e que a VOZ OPERÁRIA publicou em sua edição n.º 359.

Portanto, atualmente, na Alta Sorocabana, ingressando nas Associações Rurais, podem os camponeses pobres e médios conseguir que estas desenvolvam a luta em torno das suas reivindicações mais sentidas: preço mínimo compensador e fim do arrendamento. Isto sem dúvida contribuirá para desenvolver a unidade e a organização da grande massa de camponeses pobres e médios da Alta Sorocabana.

O desenvolvimento da situação indicará se poderão coexistir numa única organização o camponato (pobres, médios e ricos) e os

latifundiários. Entretanto, atualmente nada há que indique que na Alta Sorocabana os camponeses pobres e médios devam obrigatoriamente criar organizações independentes. Não está excluída a possibilidade de que os próprios latifundiários dessa região marchem para a constituição de entidades próprias, exclusivas. O futuro das Associações Rurais na Alta Sorocabana é questão que não pode ser resolvida de antemão, desde que atuarão múltiplos e diversos fatores, inclusive o desenvolvimento geral da situação política do país.

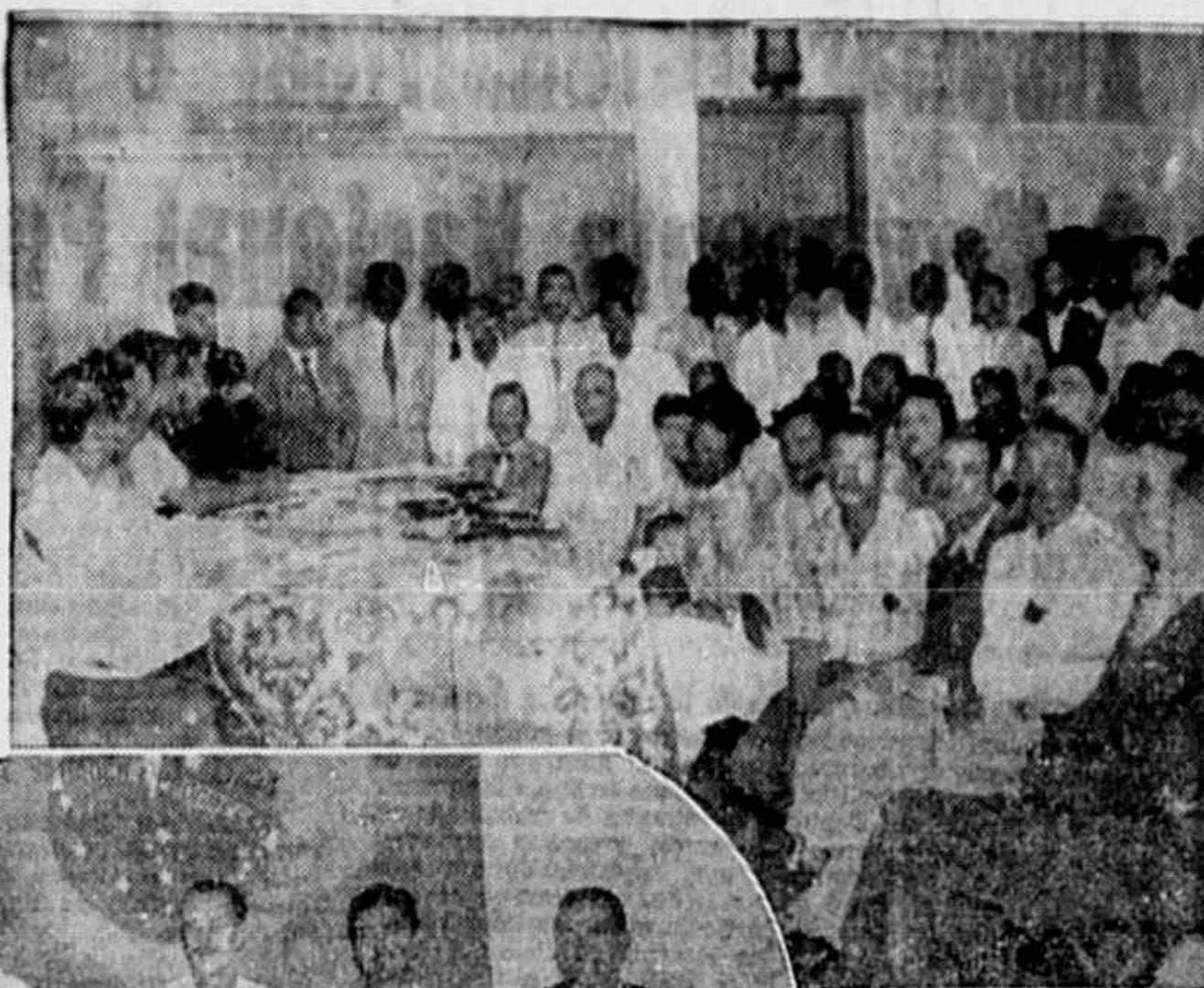
Contudo, agora, não pode haver dúvida de que as Associações Rurais da Alta Sorocabana podem contribuir para o desenvolvimento da organização e da unidade das massas camponesas, não havendo porque insistir nessa região na organização independente dos camponeses pobres e médios.

RECLAMADA A PROIBIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIOS ATÔMICOS

No auditório da Faculdade Nacional de Filosofia, no Distrito Federal, reuniu-se recentemente o Simpósio sobre Energia Nuclear, com a participação das mais destacadas autoridades na matéria. Os trabalhos prolongaram-se por três dias, tendo falado os professores Costa Ribeiro, Leite Lopes, Mário Schemberg, Marcelo Damy, Jacques Dannon, Ernesto Pouchain e outros. Os entreguistas Euzébio Távara e Othon Leonardos, que tentaram desviar o sentido daquela reunião de cientistas, foram amplamente desmascarados.

Ao concluir seus trabalhos, o Simpósio aprovou resolução em que pede a proibição das exportações de minerais atômicos pelo nosso país. Da resolução também consta a exigência da ampliação, discussão e aperfeiçoamento dos programas atômicos já iniciados pelo Conselho Nacional de Pesquisas, incluindo a prospecção, beneficiamento e industrialização, a produção de matérias nucleares e instalação de reatores.

Conferência Baiana de Defesa Das Leis Sociais



REALIZOU-SE, com êxito, a Conferência Baiana de Estudos e Defesa das Leis Sociais, adotando resoluções que refletem importantes problemas dos trabalhadores.

Participaram do conclave delegações de numerosos sindicatos da capital e do interior, inclusive dos assalariados agrícolas do açúcar, de Santo Amaro.

As resoluções da Conferência reclamam, principalmente: medidas para melhorar os serviços de previdência, entre as quais o pagamento da dívida do governo aos Institutos; aumento imediato do salário-mínimo, salário profissional e medidas práticas contra a carestia; medidas que garantam a higiene nos locais de trabalho e a segurança no trabalho; reverter em benefício dos trabalhadores toda a arrecadação do imposto sindical e estudar sua distribuição e aplicação; liberdade sindical, contra qualquer intervenção do Ministério do Trabalho na vida sindical, pela revogação da lei autoperária 9.070. A Conferência reclamou, ainda, a anistia ampla a todos os presos e perseguidos políticos, bem como o livre intercâmbio com todos os países. NAS FOTOS: aspecto de uma reunião plenária e da mesa que presidiu os trabalhos do conclave.

SERÁ REALIZADA, nos dias 18 a 20 de maio, a Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras. As comissões patrocinadoras do conclave, nos Estados, vêm desenvolvendo intensa atividade, já se tendo realizado numerosos atos e assembleias preparatórias do conclave, bem como já foram eleitas muitas delegadas ao mesmo.

A Conferência vem encontrando caloroso apoio nas empresas e nos sindicatos, já contando, igualmente, com a adesão de destacadas per-

sonalidades e líderes femininas.

A CONFERÊNCIA EM SÃO PAULO

A Conferência das Mulheres Trabalhadoras de São Paulo realizou-se nos dias 29 e 30 últimos, no salão do Sindicato dos Metalúrgicos. A preparação do conclave realizou-se, durante várias semanas, nos sindicatos e empresas da capital, bem como nos municípios do interior do Estado e em suas mais importantes concentrações camponesas, que elegeram delegações expressivas.

Realizaram conferências municipais preparatórias a reunião estadual em Piracicaba, Ribeirão Preto, Mogi das Cruzes, Andradina, Jundiá, Campinas, Santos, Sorocaba, São Caetano, Santo André e outras cidades. Os sindicatos da capital deram apoio à Conferência, patrocinando a preparação da mesma nos respectivos setores. Os Sindicatos dos Metalúrgicos, Têxteis, Vidreiros, Gráficos, Vendedores Ambulantes, Construção Civil e muitos outros promoveram assembleias e reuniões, nas quais foram discutidos os problemas mais urgentes da mulher operária e eleitas delegadas à Conferência. Na preparação do conclave os Departamentos Femininos dos Sindicatos desempenharam importante papel. Em alguns Sindicatos, que não tinham Departamento Feminino, este foi fundado, o que constitui um êxito do trabalho preparatório da Conferência.

DENÚNCIA DA EXPLORAÇÃO DAS EMPRESAS

Nas assembleias realizadas foram feitas vigorosas denúncias da exploração a que estão submetidas as mulheres operárias nas empresas particularmente na tecela-

gem, onde é grande o contingente feminino. Fatos como a falta de creches, de instalações apropriadas para mulheres (vestiários, etc.), perseguições, etc., foram denunciados, assim como os métodos de intensificação do ritmo de trabalho em quase todas as fábricas de tecidos, que pretendem aumentar cada vez mais a produtividade à custa de um esforço insuportável dos trabalhadores e sem aumento dos salários. As mulheres trabalhadoras paulistas levarão, à Conferência Nacional, importantes questões para serem debatidas e figurarem nas resoluções do conclave.

NO D. FEDERAL

No Rio vem sendo igualmente intenso o trabalho da Comissão Organizadora da Conferência Nacional. Numerosas subcomissões (propaganda, finanças, hospedagem, etc.), já foram organizadas e estão trabalhando. Visitas às empresas, reuniões nos sindicatos, debates, etc., vêm sendo realizados, nos quais se discutem os problemas das mulheres trabalhadoras, tais como o salário igual para igual trabalho, proteção à maternidade e à infância, creches e instalações apropriadas nos locais de trabalho, medidas contra a carestia de vida, etc.

O Sindicato dos Têxteis fundou o seu Departamento Feminino.

Os sindicatos dos Alfaiates e Costureiras, dos Metalúrgicos, dos Trabalhadores em Moinhos, dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados e outros vêm apoiando a preparação da Conferência tendo adotado importantes iniciativas pela ampla participação dos respectivos setores no conclave de 18 de maio.

Também entre os funcionários públicos vem desper-

tando entusiasmo a realização da Conferência, da qual participará uma delegação de funcionárias.

Nos demais Estados do país vêm sendo preparadas conferências e assembleias, que escolherão delegadas à Conferência Nacional. Em Petrópolis realizou-se uma mesa-redonda, na sede dos sindicatos, com grande assistência, na qual foram discutidos os problemas das mulheres trabalhadoras e eleita uma delegação de dez membros à Conferência Estadual.

REPÚDIO POPULAR À REFORMA CONSTITUCIONAL

Contrariando o consenso da opinião pública nacional, que exige medidas do governo para o bem estar do povo, o sr. Nereu Ramos insiste na sua reforma reacionária da Constituição. Os pontos visados pelo ministro da Justiça, entre outros, são agora a "maioria absoluta", a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo e a prorrogação dos atuais mandatos parlamentares para seis anos. Como se vê são todas estas medidas antidemocráticas que, por um lado, reduzem e desmoralizam o papel do Congresso e, por outro, seriam votadas em causa própria. A vontade do nosso povo, entretanto, que não concorda com a reforma reacionária, não tardará a manifestar-se com o devido vigor. E os pretensos reformadores assim como aconteceu com a emenda parlamentarista, serão derrotados. É necessário, contudo, para isso, que a rejeição popular à famigerada reforma se traduza num amplo movimento de massas, capaz de fazer receder os inimigos da soberania popular.

A 25 DE MAIO EM BELO HORIZONTE

CONGRESSO NACIONAL DE DEFESA DOS MINÉRIOS

OS 5 PONTOS DO TEMÁRIO ABRANGEM AS QUESTÕES MAIS ESSENCIAIS RELATIVAS AO APROVEITAMENTO E PRESERVAÇÃO DAS NOSSAS JAZIDAS

No atual momento, reveste-se ainda de maior importância o problema da defesa das nossas riquezas minerais. Por isso voltam-se para o próximo Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, a realizar-se em Belo Horizonte, às vistas de todos os milhões de patriotas interessados na preservação das imensas reservas do nosso subsolo. O Congresso, cuja data foi recentemente transferida, terá lugar nos dias 25 a 28 de maio.

Como se sabe e os debates no terreno científico, econômico e político revelam crescentemente, impõe-se a necessidade de uma mudança na política adotada em relação aos minérios. Há um anseio generalizado no sentido de obter-se uma melhor correspondência entre o valor dos minérios, seus preços correntes e a sua utilização. Por outro lado as vozes mais autorizadas sempre se levantaram pleiteando a industrialização, em nosso próprio país, dos minérios do nosso subsolo.

O TEMÁRIO

O Congresso que se instala a 25 de maio na capital mineira conta, por tudo isso, com um amplo e sólido apoio e há em torno dele marcante interesse. E' o seguinte o temário da importante reunião:

1 — Preservação das nossas jazidas de minerais necessários à produção da energia atômica e campanha pelo aproveitamento dessas jazidas para o progresso do Brasil.

2 — Preservação das nossas jazidas de manganês em proveito da indústria siderúrgica brasileira.

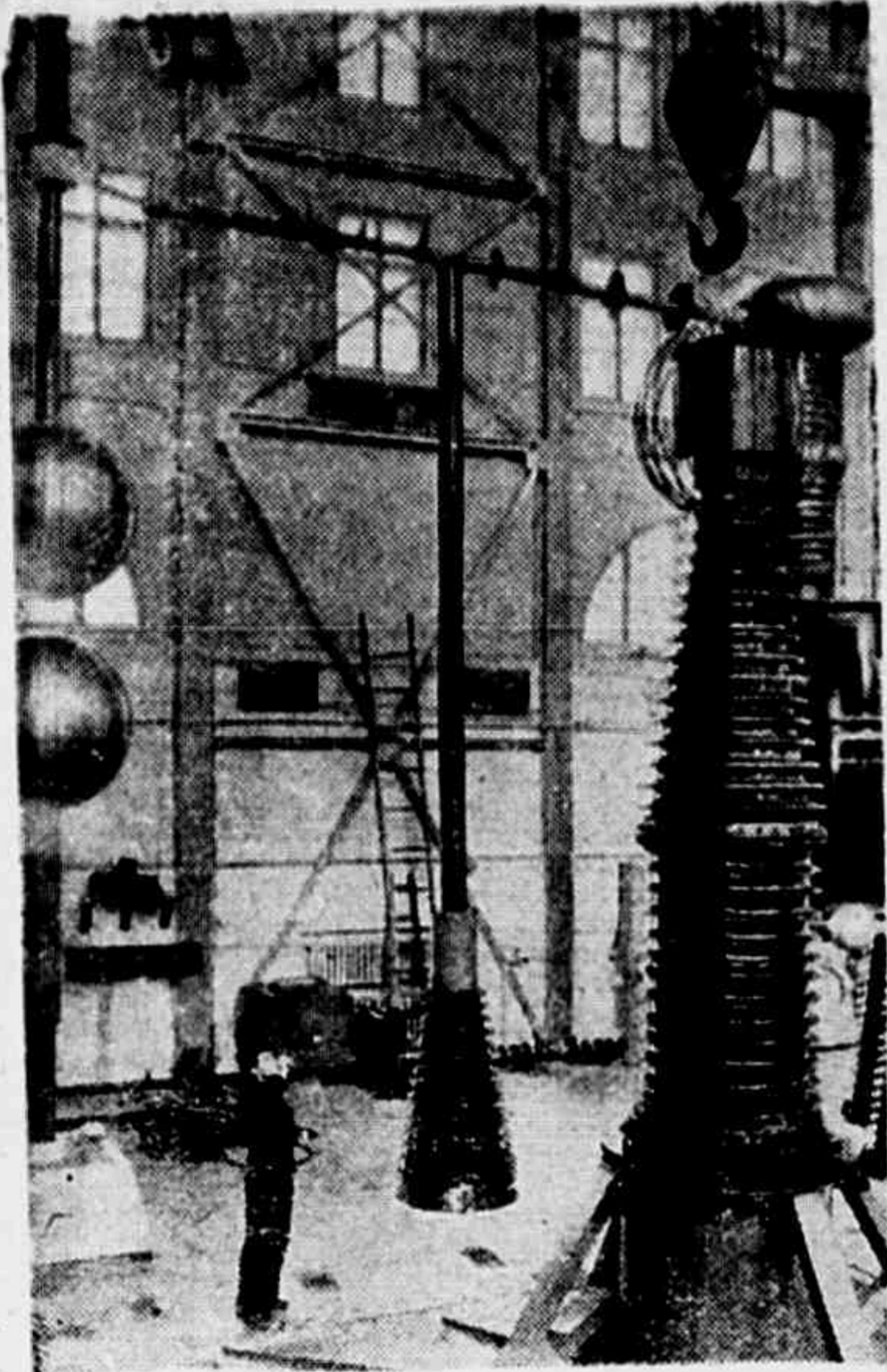
3 — Preservação das jazidas de outros minérios raros e escassos necessários à industrialização do país.

4 — Melhores preços e mercados para o ferro.

5 — Aproveitamento dos minerais atômicos, radioativos raros e escassos e do manganês, para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

REPRESENTAÇÃO DOS METALÚRGICOS

Tal é a importância de que se reveste o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios que a Conferência Nacional dos Metalúrgicos, que há pouco se reuniu em Volta Redonda, hipotecou solidariedade a esse conclave, tendo designado como delegados ao Congresso três membros da Comissão Executiva da Conferência.



Aspecto da fábrica "Isolator" de materiais elétricos, em Moscou. Este é um ramo da produção soviética de cujo progresso técnico poderíamos nos beneficiar

Ampliar, Intensificar e Aprofundar O Movimento Nacional Pela Anistia

OS CARIOCAS DARÃO 50.000 ASSINATURAS EM 15 DIAS PARA A NOBRE CAMPANHA - A 17 DE MAIO GRANDE COMICIO NO RIO

DE TODO O PAIS, milhares de telegramas e mensagens continuam chegando ao Parlamento, exprimindo o grande anseio nacional do momento: anistia ampla a todos os presos e perseguidos políticos. Ao mesmo tempo, diariamente chegam à Câmara dos Deputados comissões de trabalhadores, homens do povo, artistas, estudantes, jovens e mulheres, que transmitem aos deputados sua exigência de que seja aprovada a anistia. Entre as comissões destacam-se as procedentes de outros Estados, particularmente de São Paulo. Uma comissão de deputados da Assembléia Paulista, composta de representantes do PTB, PSP, PTN e PR, vinda especialmente ao Rio, transmitiu ao presidente da Câmara a vontade da Assembléia Legislativa de São Paulo, que reclama a aprovação da anistia. Com o mesmo objetivo estiveram na Câmara Federal comissões de mulheres paulistas, da Câmara Municipal de Niterói, e outras. De São Paulo o sr. Laureano Fernandes, dirigente do Partido Democrata Cristão, veio ao Rio em uma cadeira de rodas, reclamar do Parlamento a anistia.

A quinzena pró-anistia

Em solenidade realizada no dia 2, a Comissão Nacional Pró-Anistia lançou a Quinzena da Anistia, que será assinalada por atos públicos e outras iniciativas que mobilizem todo o povo brasileiro para a nobre campanha. No Distrito Federal serão realizadas palestras, conferências, atos pú-

blicos. Um concurso de cartazes está sendo preparado pelos artistas plásticos. Na Quinzena, serão coletadas 50 mil assinaturas, a serem entregues ao Parlamento.

A Quinzena será encerrada em praça pública, com um grande comício na Esplanada do Castelo, dia 17.

A Comissão Nacional Pró-Anistia recebeu o jornalista Pedro Motta Lima, recentemente anistiado. Compareceram à solenidade destacadas personalidades, entre as quais os deputados Georges Galvão, Bruzzi Mendonça, generais Leônidas Cardoso e Edgard Buxbaum. Os oradores conclamaram o povo a não medir esforços para assegurar a aprovação da anistia ampla.

Comícios no interior do país

Durante a Quinzena Nacional Pró-Anistia atos públicos e comícios serão realizados em todas as grandes cidades do país. Duas caravanas, constituídas por destacadas personalidades, partirão do Rio, visitando os Estados do norte e do sul do país.

Novo pronunciamento do sr. Jânio Quadros

Em carta dirigida ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo o governador Jânio Quadros reafirmou seu anterior pronunciamento em favor da anistia ampla. Declarou o governador paulista: «Formo ao lado dos que advogam a anistia ampla. Não a desejaria limitada pelas fronteiras das ideologias partidárias». «Sou, assim, pela anistia que não signifique perda irresponsável, mas reconhecimento de que, nesta hora decisiva vivida pelo país, é preciso chamar, acima das ideologias, as classes do Brasil, para que o Brasil sobreviva. Ninguém poderá construir um destino da Pátria com os ressentimentos de injustiçados ou com as lágrimas dos que a amam também a seu modo».

O presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, e o governador em exercício, deputado José Francisco (PSD), renovou seu apelo em favor da anistia ampla. «Não há lugar, hoje, para hesitações e alheamentos — frisou. A hora é de pronunciamentos claros e seguros. Somos todos brasileiros, afinal». O prefeito de Porto Alegre, deputado Leonel Brizola (PTB) declarou: «A pacificação da família brasileira está a exigir uma anistia verdadeira, isto é, ampla, que abranja a todos, indistintamente».

NÃO DEVE SER PROTELADO POR MAIS TEMPO

O REATAMENTO DAS RELAÇÕES COM A URSS

Ha vários anos a economia brasileira coloca na ordem do dia a necessidade de pôr fim ao monopólio do nosso comércio exterior pelos americanos. Fruto dessa imposição é que se avolumam os problemas com que se debatem vários produtos básicos de exportação como o café, o algodão, o cacau e o açúcar. Crescem os estoques sem que o mercado internacional dos países capitalistas ofereça melhores perspectivas para os próximos anos. Dessa necessidade econômica decorre a exigência do estabelecimento do comércio com os países do Leste, mormente quando a prática do comércio internacional no pós-guerra indica que a URSS e as democracias populares não impõem a unilateralidade no intercâmbio com os países capitalistas. Isto é não se trata de comerciar com a URSS para deixar de comerciar com os EE.UU., mas de buscar nos novos mercados para os excedentes da nossa produção.

cruzeiros emitidos entre 1953 e 1955, 15 bilhões destinaram-se ao financiamento dos chamados produtos agrícolas considerados gravosos.

Mas há uma forma de assegurar ao produtor um preço mínimo compensador sem necessidade de emissões. Basta ter um mercado certo de escoamento da produção, no caso, a URSS e os países de democracia popular. Os acordos bilaterais com estes países, além de assegurar o escoamento dos nossos excedentes algodoeiros, possibilitaria o estabelecimento de um certo equilíbrio na balança comercial com os países capitalistas. A URSS pode nos vender, em troca dos mencionados excedentes, produtos como o trigo e derivados do petróleo, que consomem cerca de 30% das nossas disponibilidades em câmbio, cada ano.

DESENVOLVER A CAMPANHA PARA LEVÁ-LA À VITÓRIA

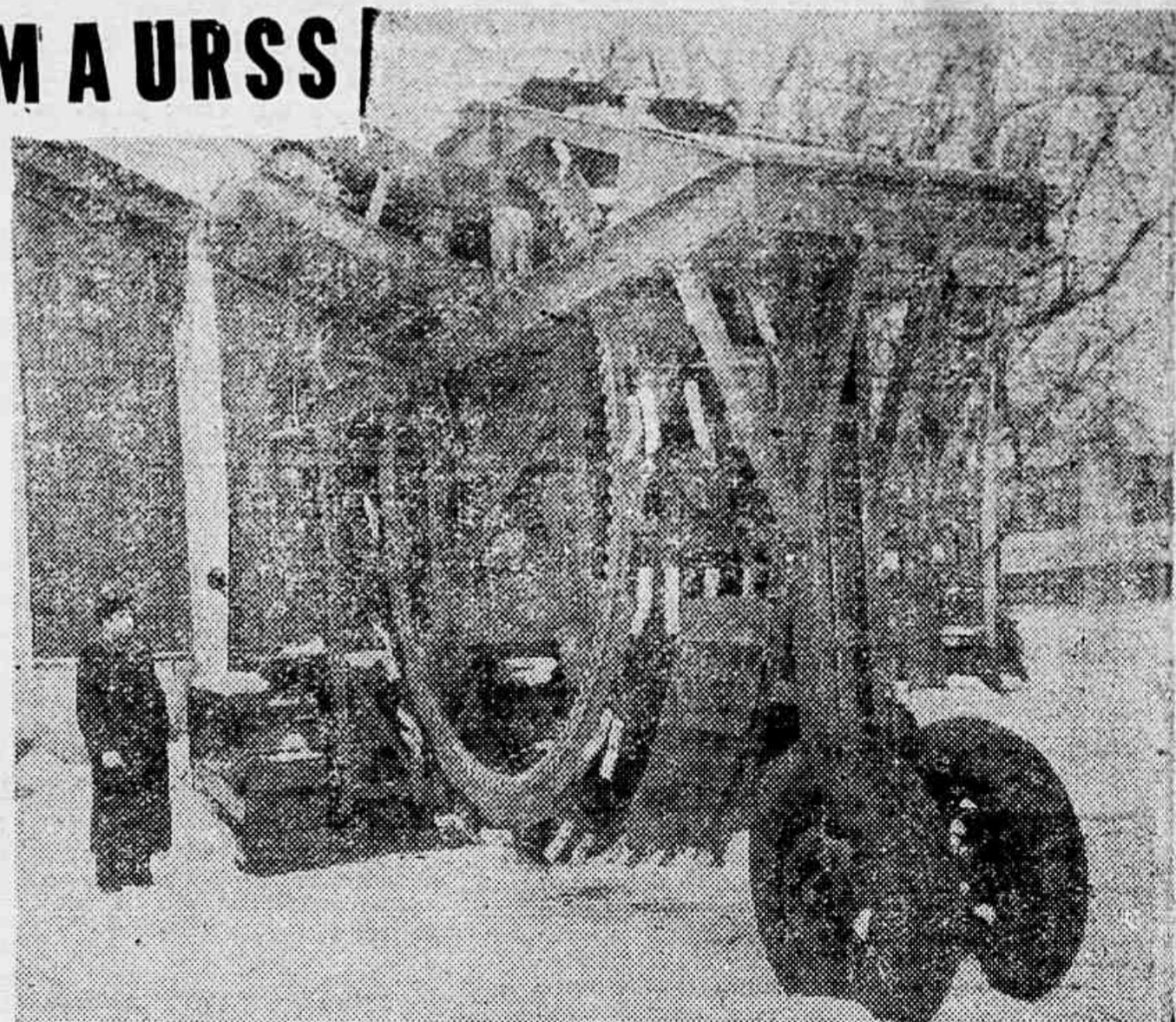
A situação dos cotonicultores é um exemplo de que o reatamento com a URSS não comporta mais protelações. Basta mencionar que os americanos lançarão no mercado internacional a 1.º de agosto próximo, o esperado «dumping» do algodão, da ordem de sete milhões de fardos. Esse fato terá como consequência a brusca redução do preço no mercado internacional, levando à insolvência o produto nacional.

Enquanto os americanos agem assim no mercado algodoeiro, a Hungria propõe firmar um acordo no qual adquirirá cerca de 15 mil toneladas em troca de navios.

Para se ter uma idéia dos benefícios que esse acordo traria para a economia nacional, basta mencionar a circunstância de que o Brasil dispõe atualmente apenas de 20 navios para as linhas internacionais (Estados Unidos, Europa do Norte e Mediterrâneo). Disso decorre que os fretes do comércio exterior sejam outra fonte de enorme consumo das nossas reservas em divisas.

E nem se diga que o algodão constitui fenômeno isolado. Prevêm-se grandes excedentes para a atual safra cafeeira. Não são melhores as perspectivas para o cacau.

A demora na efetivação da medida indica o grau de resistência que os setores ligados aos monopólios ianques opõem ao comércio com a URSS. Cabe pois ao povo intensificar a campanha, desde que para vencer e isolar esses grupos anti-nacionais só a ação enérgica das massas.



OS ACORDOS COMERCIAIS PROPOSTOS PELA URSS E AS DEMOCRACIAS POPULARES

- 1 — Em 1954, o governo soviético apresentou uma proposta de acordo comercial através do sr. Marcos de Souza Dantas, ainda no governo Vargas, segundo o qual nosso país exportaria mercadorias num valor aproximado de 300 milhões de dólares (café, 90 milhões de dólares; algodão; cacau; açúcar; produtos extrativos e industrializados). Em troca a URSS nos venderia produtos industriais, trigo, derivados do petróleo, etc.
- 2 — Por ocasião de sua visita ao nosso país (fevereiro, 1956), o vice-ministro do comércio exterior da Polônia, sr. Czesw Bajer, apresentou ao governo brasileiro uma proposta de compra de 20 a 25 mil toneladas de algodão em troca de produtos industriais.
- 3 — No mês de abril os governos da Polônia, Hungria e Tchecoslováquia encaminharam ao sr. Juscelino Kubitschek uma proposta de compra de 60 mil toneladas de algodão (quase um terço dos nossos excedentes). A 1.º de agosto próximo chegará ao Brasil uma missão comercial da Alemanha Oriental para propor um acordo de trocas bilaterais. Em troca do algodão brasileiro a Hungria anunciou sua disposição de fornecer navios.

Escavadora soviética utilizada na abertura de valas para a passagem dos condutos de gás e óleo, exposta na Exposição Permanente de Construção de Maquinaria de Moscou, em 1956. Trata-se de uma máquina destinada a acelerar a construção dos oleodutos, aspecto importante da indústria petrolífera de qualquer país. A maquinaria que a URSS oferece em troca dos chamados produtos gravosos do Brasil corresponde pois, aos mais altos níveis da técnica.

O EXEMPLO DO ALGODÃO

A situação com que se deparam os cotonicultores brasileiros é um exemplo friso de que o estabelecimento das relações com a URSS não pode ser protelado por mais tempo. Reina neste setor da produção o maior descontentamento em face da decretação pelo governo de um preço mínimo que não atende às necessidades dos produtores. Alega o governo a impossibilidade de recorrer a novas emissões que viriam agravar o processo inflacionário. A alegação do governo tem até certo ponto procedência desde que se sabe que, dos 30 bilhões de